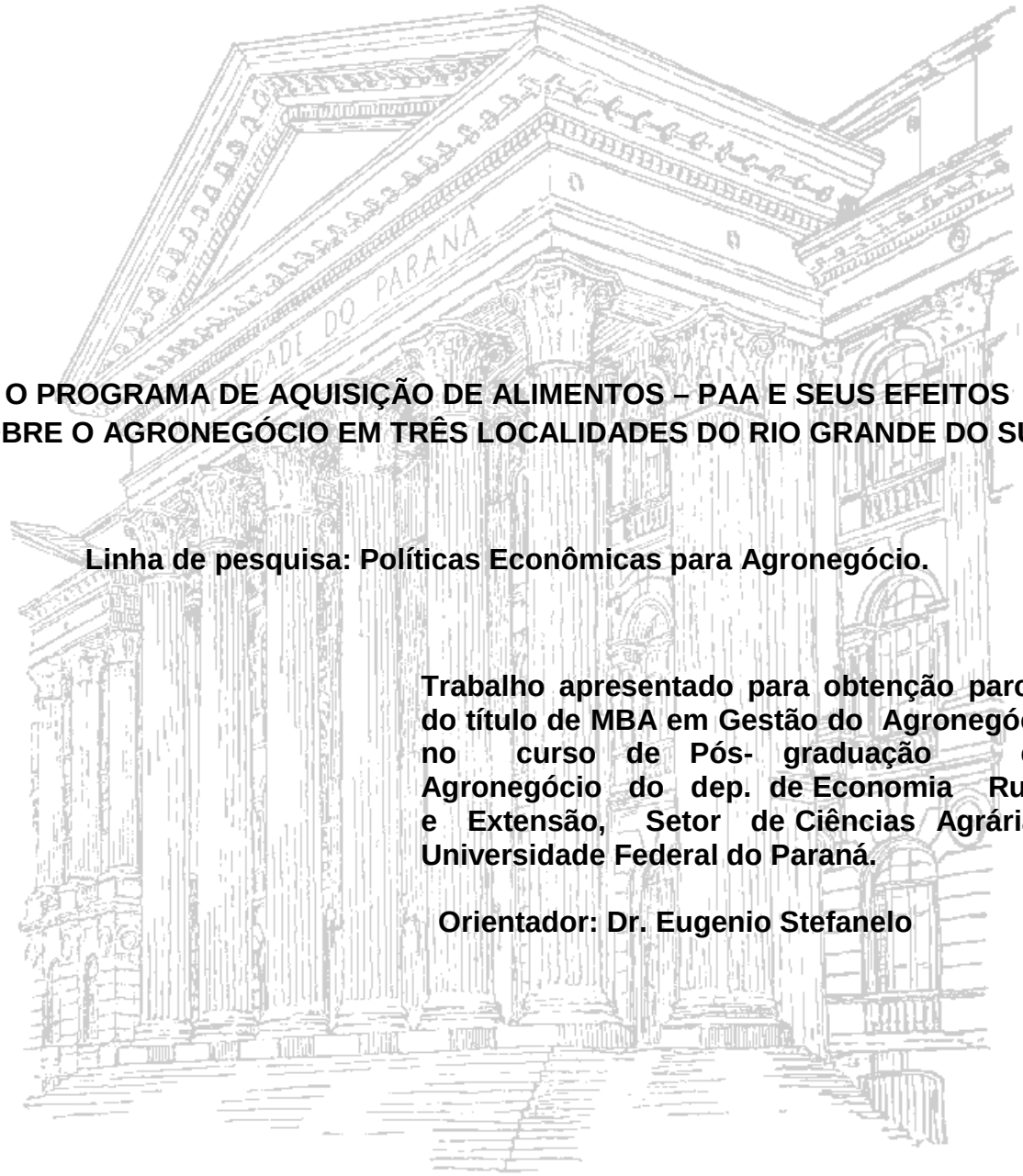
**RAQUEL PEREIRA PONTES**



# O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA E SEUS EFEITOS SOBRE O AGRONEGÓCIO EM TRÊS LOCALIDADES DO RIO GRANDE DO SUL

**Linha de pesquisa: Políticas Econômicas para Agronegócio.**

**Trabalho apresentado para obtenção parcial do título de MBA em Gestão do Agronegócio no curso de Pós- graduação em Agronegócio do dep. de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Dr. Eugenio Stefanelo**

**CURITIBA**
**2013**

## RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo Programa Fome Zero e criada em 2003, além de seus objetivos com a segurança alimentar e o direito humano à alimentação, o programa ao mesmo tempo contribui com sua política pública na comercialização dos produtos rurais, gerando aumento da renda do produtor e uma maior perspectiva em suas vendas, fazendo com que este produtor aumente sua diversidade de produtos produzidos, produção e investimento. Assim objetivo geral deste trabalho é analisar o desempenho do PAA, especialmente em três cidades do Rio Grande do Sul e verificar como este programa contribui para o crescimento e fortalecimento do Agronegócio. Desta forma o estudo traz a seguinte questão: “O Programa de Aquisição de Alimentos, seria uma política pública eficiente que geraria um maior crescimento econômico, e seus efeitos seriam positivos para o agronegócio?” Este trabalho, se constitui em uma pesquisa aplicada já que o mesmo gera informações e conhecimentos a problemas específicos à população e ao estado. As cidades analisadas no Rio Grande do Sul são Cerrito, Canguçu e Pelotas. Entre 2003 e 2012 o PAA liberou um total de R$2.784.037.371,00 em recursos para aquisição de produtos no Brasil. Em algumas variáveis analisadas verifica o crescimento econômico como o PIB, um crescimento de 2001 a 2010 de 206,25% em Cerrito, 172,22% em Canguçu e 149,72% em Pelotas. Com isso pode-se concluir que o programa é de grande relevância tanto para as cidades consideradas quanto para o Brasil.



**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 5.1 EVOLUÇÃO DAS MODALIDADES DO PAA – RECURSOS DISTRIBUIDOS EM REAIS NO BRASIL. ..... 31

GRÁFICO 5.2 QUANTIDADE DE PRODUTOS ADQUIRIDOS (T), POR REGIÃO EM 2012. ..... 32

GRÁFICO 5.3 . EVOLUÇÃO DO PAA POR REGIÃO – RECURSOS DISTRIBUIDOS EM REAIS ..... 32

## LISTA DE TABELAS

TABELA 5.1 EVOLUÇÃO DOS RECURSOS MDA/MDS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS NO BRASIL .....30

TABELA 5.2 CIDADES QUE RECEBERAM MAIS RECURSOS PELA CONAB EM 2012 NO RS. .....36

TABELA 5.3 PAA EM CANGUÇU DE 2006 A 2010. .....37

TABELA 5.4 PAA EM CANGUÇU DE 2011 A 2012. .....37

TABELA 5.5 PAA EM PELOTAS DE 2006 A 2010. .....38

TABELA 5.6 PAA EM PELOTAS DE 2011 A 2012. .....39

TABELA 5.7 PAA EM CERRITO EM 2012. .....40

TABELA 6.1 POPULAÇÃO RURAL E URBANA EM CANGUÇU, CERRITO E PELOTAS. .....41

TABELA 6.2 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM CANGUÇU .....43

TABELA 6.3 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM CERRITO .....44

TABELA 6.4 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM PELOTAS .....44

TABELA 6.5 QUANTIDADE PRODUZIDA DE PRODUTOS DA HORTICULTURA. .46

TABELA 6.6 PRODUTO INTERNO BRUTO DO RIO GRANDE DO SUL. .....47

TABELA 6.7 VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETORES DE ATIVIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. .....48

TABELA 6.8 PRODUTO INTERNO BRUTO DE CANGUÇU, CERRITO E PELOTAS EM R$ MIL. .....48

TABELA 6.9 VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA A PREÇO BÁSICO EM R$ MIL. .....49

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 4.1 MODALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTAR .....29

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS. .....21

FIGURA 5.1 MAPA MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PAA EM 2012.....33

**SUMÁRIO**

1 INTRODUÇÃO....8
2 POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR, AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO. ....9
2.1 Políticas Públicas e o PAA ....9
2.1.1 Políticas Agrícolas ....12
2.2 Segurança Alimentar....15
2.3 Agricultura Familiar ....17
2.4 Agronegócio ....18
2.4.1 O Cenário do Agronegócio no Brasil ....22
3 METODOLOGIA ....23
4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA ....24
4.1 Criação do PAA....24
4.1.1 Objetivos e funcionalidades do PAA....26
5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM TRÊS MUNICÍPIOS ANALISADOS. ....29
5.1 PAA no Brasil. ....29
5.2 PAA na Região Sul do Rio Grande do Sul ....34
5.3 Cidades destaques do PAA no Rio Grande do Sul. ....35
5.3.1 Canguçu ....35
5.3.2 Pelotas....35
5.3.3 Cerrito....35
5.3.4 Dados do PAA no Rio Grande do Sul e na região estudada ....36
6 RESULTADOS ....40
6.1.1 Produção do setor agrícola....41
6.1.2 Análise do PIB e do valor adicionado no RS e nos municípios. ....47
7 CONCLUSÃO....50
REFERÊNCIAS....53

# 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é uma política pública que foi instituído pelo Programa Fome Zero e faz parte do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012 -2015 do Estado brasileiro. A criação do PAA em 2003, como uma das ações do programa Fome Zero, tem como objetivos enfrentar a fome e a pobreza no Brasil e fortalecer a agricultura familiar, assim este programa estabeleceu um marco na história do Brasil, além de seus objetivos com a segurança alimentar e o direito humano à alimentação, o programa ao mesmo tempo contribui com sua política pública na comercialização dos produtos rurais, gerando aumento da renda do produtor e uma maior perspectiva em suas vendas, fazendo com que este produtor aumente sua diversidade de produção e investimento.

Por um longo período no Brasil houve ausência de políticas públicas, essencialmente as políticas agrícolas, para pequenos produtores, como os da agricultura familiar, estes sempre enfrentaram uma maior dificuldade com um setor essencial do sistema do agronegócio, o da comercialização. Diante dos oligopsônios (poucos grandes compradores de produtos agrícolas), o produtor agrícola recebe uma pressão, em que, não determina preço, vendendo sua produção a preços muitas vezes abaixo do que esperava, isso pois, a maioria dos produtores precisam vender seus produtos, já que estes não possuem infraestrutura para o armazenamento.

Esse estudo aponta a importância do PAA em três cidades do Rio Grande do Sul, que estão entre as que mais receberam os recursos do Programa em 2012.

Assim o objetivo geral deste trabalho foi analisar o desempenho do PAA, especialmente em três cidades do RS e verificar como este programa contribui para o crescimento e fortalecimento do Agronegócio.

Os objetivos específicos são: descrever a criação, os objetivos e o funcionamento do PAA; identificar os participantes do programa e o conhecimento dos municípios em estudo; analisar o desempenho do PAA no Brasil, no Rio Grande

do Sul e nos três municípios analisados; e verificar os impactos desta política pública nos referidos municípios.

# 2 POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGURANÇA ALIMENTAR, AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO.

Este capítulo descreve a base teórica sobre a Agricultura Familiar, o agronegócio e sobre as políticas públicas no Brasil.

Devido a importância do PAA para o Agronegócio, basicamente na comercialização dos produtos da agricultura familiar e sendo este programa uma política pública governamental, será analisado como as políticas públicas intervém na economia e na vida da população. Como grande parte dos alimentos adquiridos pelo PAA vem da agricultura familiar, o conceito da agricultura familiar será aprofundado.

## 2.1 Políticas Públicas e o PAA

São diversas as formas de se fazer uma política pública. Vários autores discutem ainda o que realmente vem a ser uma política pública, qual é o seu conceito e os seus critérios.

De acordo com SECCHI (2010, p.2) “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.”. O autor traz algumas questões para conceituar a política pública, bem como, se esta política precisa ser feita por atores estatais, qual o nível para que a diretriz seja uma política pública entre outras.

Assim SECCHI (2010, p.2) comenta sobre duas abordagens que alguns autores defendem, são elas a abordagem estatísta e a abordagem multicêntrica. A primeira afirma que somente atores estatais elaboram políticas públicas e a segunda defende que além dos atores estatais outros atores também podem elaborar políticas públicas, como atores não governamentais e organizações privadas, entre

outros. Nesta abordagem os analistas enxergam a política pelo problema, ou seja, se o problema é público, a política exercida em cima dela é também pública.

Muitos atores não estatais exercem atualmente importantes políticas no mundo inteiro, ajudando as populações a resolver seus problemas, amparando no crescimento e no desenvolvimento econômico, na saúde, alimentação e segurança. Até mesmo por que em alguns estados, por questões de desentendimentos, guerras civis, corrupção, o governo não fica em plena operação, não fazendo as políticas governamentais necessárias.

Analisando se certa execução é uma política pública ou somente um suporte para a política pública, BUCCI et. al. (2006, p. 11-12) declaram que algumas políticas públicas no Brasil são de classificação contestável, pois não possuem os elementos fundamentais para ser esta, podendo ser elas um suporte para uma política pública, “a política pública é definida como um programa ou quadro de ação governamental, porque consiste num conjunto de medidas articuladas (coordenadas), cujo escopo é dar impulso, isto é, movimentar a máquina do governo, no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública ou, na ótica dos juristas, concretizar um direito.” (BUCCI et. al. ,2006, p. 14).

SECCHI (2010, p.17-24) apresenta cinco tipologias de autores para analisar o tipo de política pública, são eles: Tipologia de Lowi, Tipologia de Wilson, Tipologia de Gormley, Tipologia de Gustafsson e Tipologia de Bozeman e Pandey. Assim de acordo com SECCHI(2010, p.17-18) a tipologia de Theodore J. Lowi tem como critério “impacto esperado na sociedade” (Lowi 1964, p.689 apud Sechhi 2010, p.17), deste modo, o autor define quatro tipos: Políticas regulatórias, Políticas distributivas, Políticas redistributivas e Políticas Constitutivas. A tipologia de James Quinn Wilson elaborou segundo SECCHI (2010) os tipos “adotando o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade” SECCHI (2010, p.19). Assim nesta tipologia tem-se os seguintes tipos: Política majoritária, Política clientelista, Política empreendedora e Política de grupo de interesses. Na tipologia de Gormley conforme SECCHI (2010, p. 20-21) é baseada sobre o critério de “nível de saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral) e o nível de complexidade (necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e implementação)” SECCHI (2010, p.20). A tipologia de Gustafsson

de acordo com SECHHI (2010, p. 21) “tem como critério de distinção o conhecimento e a intenção do policymaker”[1] dividindo em Política real, Política simbólica, Pseudopolítica, Política sem sentido. E na tipologia de Bozeman e Pandey segundo SECCHI (2010, p.23) eles diferenciam a política pública conforme seu conteúdo em conteúdo técnico e em conteúdo político.

Analisando de acordo com cada tipologia a política agrícola ou a social no caso do Programa de Aquisição de Alimentação se enquadra na tipologia de Lowi como política distributiva, já que esta define que a política exercida gera benefícios para um grupo e o seu custo é difundido por toda a população. Com a tipologia de Gormley o PAA estaria classificado com Política de sala operatória já que possui um alto nível de saliência e alto nível de complexidade. Com a descrição da tipologia de Gustafsson o PAA seria classificado como Política Real, já que por parte do policymaker existe a intenção de implementar a política pública e o conhecimento para a elaboração e implementação. Já na tipologia de Bozeman e Pandey o PAA possui o conteúdo técnico e o conteúdo político.

Existe entre autores discussões sobre a intervenção do estado, Segundo CARVALHO (2001, p. 119), com a concentração de renda que era uma conclusão de um mercado livre, conforme o pensamento da *mão invisível* de Adam Smith houve críticas, assim gerando outras ideias de como melhorar a situação, como o comunismo e outros. Uma das formas seria a intervenção do estado para tentar equilibrar a situação, desta forma, alguns países criaram um sistema de seguridade social, como a Alemanha na década de 1980. Assim foram identificando os benefícios das intervenções do estado. “O estado passou a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia capitalista, promovendo o desenvolvimento, corrigindo distorções do mercado, criando poupança forçada e garantindo distribuição de renda mais igualitária.” CARVALHO (2001, p.119).

Para CARVALHO (2001, p.120) muito se foi discutido e executado ao longo dos anos se o melhor seria uma economia com ou sem intervenção do estado. “A vista desses acontecimentos, a tendência passou a ser acreditar que algumas formas de intervenção são inevitáveis.” CARVALHO (2001, p.20).

---

[1] Policymaker é o ator que executa a política pública.

A autora CARVALHO (2001, p.122) explica que as falhas no mercado acontecem quando existe uma ineficiência na distribuição de recursos, e que o setor agrícola está muito exposto a estas falhas, como a de informação imperfeita de demanda, oferta e outros, e que o setor corre riscos e incertezas.

Para SILVA (2011) existe uma diferença entre política pública, que seria uma política para muitos mandatos e política do governo que se refere ao mandato eletivo e que no Brasil há uma certa desordem destas políticas, já que muitas políticas são desistidas quando são trocados os governantes, principalmente quando troca o partido. “Em suma, políticas públicas são as decisões do governo que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos.” SILVA (2011).

Dentro de políticas públicas, estão as políticas separadas por setores, como por exemplo, a política agrícola, especialmente elaborada com a finalidade de gerar o crescimento e desenvolvimento deste setor no país, já que diminui o êxodo rural, aumenta a renda e segurança para os agricultores, melhora a qualidade dos produtos e faz a segurança da alimentação humana.

### 2.1.1 Políticas Agrícolas

Com o objetivo de desenvolver a agricultura no Brasil, o governo implementa políticas agrícolas. Com as dificuldades encontradas pelos agricultores como pragas, escassez ou excesso de chuva, custo e risco alto, é de grande importância que o governo intervenha neste setor. O tamanho desta intervenção também deve ser calculado pelo governo, já que a alta intervenção pode diminuir a competitividade ou causar problemas, como, por exemplo, podem os agricultores não investir em melhorias, pois sabem que seus produtos estão vendidos para o governo, ou produzir muito além da demanda tendo a certeza que o governo vai comprar o excedente como já aconteceu no Brasil com o café.

Conforme COELHO (2001) são várias as razões para justificar a existência das políticas agrícolas. “As principais são: melhorar a alocação de recursos, reduzir as flutuações na renda e garantir segurança alimentar” COELHO

(2001, p. 03). Em seu trabalho o autor realizou uma retrospectiva da política agrícola de 1931 a 2001, completando 70 anos de história.

Conforme o autor, a história da política agrícola pode ser dividida em quatro fases, são elas: fase da agricultura primitiva de 1930 a 1965, fase de modernização da agricultura de 1965 a 1985, fase de transição da agricultura de 1985 a 1995 e a fase da agricultura sustentável a partir de 1995 até os dias atuais.

Segundo COELHO (2001) a política “New Deal” política agrícola americana serviu de exemplo para o Brasil. Equipada pelo Agricultural Adjustment Act de 1933, este determinou mecanismos para sua área agrícola, para uma proteção de preços, manter o poder de compra, regulamentação para a comercialização, impostos para subsidiar exportações, e poder para o ministro da agricultura. Segundo COELHO (2001, p.04) “Tudo indica que a primeira tentativa bem sucedida de organizar uma política agrícola de suporte, envolvendo a concessão de crédito, sustentação de preços e formação de estoques foi o Convênio de Taubaté, firmado em 25 de fevereiro de 1906, pelos presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o objetivo da valorizar o café.”.

Assim conforme as fases delimitadas pelo autor, a primeira fase começa com a criação do Conselho Nacional do Café – CNC em 1931 e neste período várias foram as tentativas de se obter uma política mais adequada. Nesta época se teve o excesso de produção do café e o governo comprava os excedentes, foi criado o CNC para controlar o mercado do café, assim houve muita destruição física deste produto para poder manter o poder de compra. No Brasil os produtos agrícolas mais importantes eram o café e açúcar até o início dos anos 70, assim o país não tinha diversificações nas grandes produções, até o entanto as políticas eram mais voltadas para estes dois produtos. Segundo COELHO (2001) em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA e começaram a lançar políticas para incentivar a produção de grãos.

Para COELHO (2001) na segunda fase houve mudanças com o governo dos militares, assim foi reformulada a Política dos Preços Mínimos, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR e incentivos com subsídios para a produção de grãos e expansão da fronteira agrícola. Na terceira fase teve-se a abertura comercial, eliminação do subsídio e menor oferta de crédito oficial e foi um

período de medidas de estabilização econômica. Na quarta fase, denominada pelo autor como Fase da Agricultura Sustentável, tem-se o período de estabilidade econômica com o sucesso do plano Real, a abertura comercial, privatizações para que o mercado se desenvolva mais sem intervenções do governo. COELHO (2001, p. 42) descreve sobre a quarta fase com novas políticas agrícolas e reformulação das existentes conforme abaixo:

Em 1995, a nova administração estabeleceu uma agenda de trabalho na agricultura que incluiu uma reformulação dos instrumentos tradicionais de política agrícola como o Crédito Rural, o Seguro Agrícola e a Política de Garantia de Preços Mínimos, a criação de novos instrumentos como o Prêmio de Escoamento da Produção e o Contrato de Opções, a criação de uma nova Lei de Armazenagem (a anterior datava de 1904) e de uma nova Lei de Classificação dos produtos vegetais; a reestruturação da estrutura de defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, a ampliação dos programas de desenvolvimento tecnológico e de extensão rural e um amplo programa de renegociação da dívida rural.

Segundo COELHO (2001, p. 46), diversos outros programas foram criados a partir da quarta fase, foram implantados programas como Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Modernização da Pecuária Leiteira, Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Caju, Programa de Fruticultura, Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da AQÜICULTURA entre outros. A partir de 1995 a política agrícola para COELHO (2001, p. 51) “foi combinar a utilização, de forma eficiente, de instrumentos econômicos como o crédito rural e os programas de suporte à comercialização com instrumentos estruturais como a melhoria da infra-estrutura de transportes, de armazenagem e de desenvolvimento rural com o PRONAF e a pesquisa agropecuária.”. O autor também comenta do aumento da produção de grãos e que o agronegócio acompanhou este crescimento, foram criados parques industriais, sistemas de suprimento de insumo, de distribuição e o surgimento de outros segmentos de produções, já que os grãos viraram insumos para outros produtos.

No fim do trabalho de COELHO (2001, p. 53-54) ele faz uma previsão da futura política agrícola, acreditando que podem vir reduções do estado, mas que o setor ainda por muito tempo vai depender da intervenção do estado, mercados mais globalizados e a pressão ambiental e social, a busca de uma agricultura sustentável.

No Brasil atualmente quem faz a gestão das políticas agrícolas é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

## 2.2 Segurança Alimentar

Essencial para a vida humana, a alimentação tem sido discutida em nível mundial, principalmente depois da segunda guerra mundial. A alimentação adequada passou a ser um direito do ser humano e a intensa preocupação com a demanda e a oferta de alimentos no mundo gera aos governantes de estados e órgãos não governamentais a procura de soluções para a fome.

Assim, segundo ALVES (2010), a Organização das Nações Unidas – ONU em 1948 declarou que todas as pessoas têm o direito a alimentação, além de outras necessidades, e em 1966 a ONU confirma este direito no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Conforme a ONU este direito humano foi reafirmado em vários outros instrumentos, sendo o de mais importância a Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e da Desnutrição em 1974, conforme abaixo:

> Comprometemo-nos a consagrar a nossa vontade política e o nosso compromisso comum e nacional a fim de atingir uma segurança alimentar para todos e à realização de um esforço permanente para erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até, ao mais tardar, o ano 2015. (Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição 1974, *apud* ALVES, 2010, p. 17)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO reafirma em 1992, na Conferência Internacional sobre Nutrição o pacto de que a fome é algo inaceitável e em 1996 na 2ª Conferência Mundial sobre Alimentação a FAO cria a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e o Plano de Ação[2] com compromissos adquiridos pelos participantes, ALVES (2010, p.17-18). Assim outras conferências foram feitas e novos acordos iam sendo realizados. No entanto, nem sempre exercidas pelos governantes.

Segundo CAMERA e WEGNER (2011, p.184-190) em 2004 a FAO elabora um documento chamado de Diretrizes Voluntárias, neste os países desenvolvidos e os em desenvolvimento deveriam trabalhar juntos para alcançar o objetivo mundial do acesso a alimentação pela cooperação técnica, na América Latina presencia o compromisso dos países em realizar-se o direito humano a alimentação.

> Há um aparato legal que vem sendo criado desde 2003, que encontra respaldo importante em programas lançados pelo Governo brasileiro dentro das diretrizes do programa Fome Zero. A iniciativa do Governo brasileiro em priorizar o combate à fome de políticas públicas apresentou inflexão no tratamento deste problema, tendo em vista o modelo neoliberal, baseado no Estado mínimo. (CAMERA e WEGNER 2011, p.190)

Desta forma outros países da América Latina começaram suas políticas de combate à fome, como segundo CAMERA e WEGNER (2011, p.191-192) a Argentina com a Lei de Criação do Programa Nacional de Nutrição e Alimentação, Bolívia com Desnutrição Zero, Brasil com Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Cuba que confirmou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e acatou as Diretrizes Voluntárias e outros.

Nesse sentido chama-se a atenção para a agricultura familiar, a qual, foi ganhando reconhecimento a partir dos anos 90 e que são grandes produtores de alimentos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos.

---

[2] Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação, disponível em: < http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM> Acessado em: 14/08/2013.

## 2.3 Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos no eixo 2 do Programa Fome Zero, define o fortalecimento da agricultura familiar, sendo esta um dos fornecedores de alimentos para o programa. Pelo MDA existe uma modalidade de Compra Direta da Agricultura Familiar e os agricultores familiares são beneficiários fornecedores também para as outras modalidades.

A agricultura familiar passou por mudanças desde 1990, uma delas segundo ABROMOVAY (1997a), foi a aceitação da diferença entre agricultura familiar e pequena produção. Antes a agricultura familiar era vista como pequena produção, agricultores de subsistência. De acordo com ABROMOVAY (1997b) a expressão Agricultura Familiar é recente, antes eram vistos como baixa produção, agricultores de baixa renda, levando a interpretações distorcidas do produtor. Atualmente com mais acesso ao crédito, mais tecnologia e maquinário no campo, fez com que os agricultores familiares produzissem mais e consequentemente tendo uma renda maior.

Dois autores GASSON E ERRINGTON (1993:20) *apud* ABRAMOVAY (1997b) destacam algumas características para definir a agricultura familiar:

> 1. A gestão é feita pelos proprietários.
> 2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco.
> 3. O trabalho é fundamentalmente familiar.
> 4. O capital pertence à família.
> 5. O patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família.
> 6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.
>
> (GASSON E ERRINGTON 1993:20 *apud* ABRAMOVAY 1997-b)

Atualmente, as características da agricultura familiares de acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 são:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
>
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
>
> III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas

vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A partir de 1995 o governo anunciou um programa para fortalecer a agricultura familiar chamado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Através de políticas de fortalecimento a agricultura familiar o governo cria mecanismo para o desenvolvimento rural. No Brasil a Secretária da Agricultura Familiar através do Ministério do Desenvolvimento Agrário possui quatro eixos[3], combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e geração de renda e agregação do valor.

No Brasil a agricultura familiar é de grande importância, de acordo com o Censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos totais com 4.367.902 estabelecimentos, mas ocupavam somente 24,3% da área do total dos estabelecimentos rurais, conforme este Censo, a agricultura familiar era responsável por significativa produção nacional de vários alimentos como: 87% da mandioca, 70% do feijão, 34% do arroz, 58% do leite, 50% de aves, 30% bovinos entre outros, o Censo também mostra que 1/3 da renda gerada nos estabelecimentos rurais do país era da agricultura familiar.

Segundo um estudo efetuado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2007) o PIB do Agronegócio Familiar em 2005 representou 9% do PIB brasileiro, na próxima seção será mostrado um pouco mais sobre o agronegócio.

## 2.4 Agronegócio

O termo Agronegócio é de recente uso, uma visão sistêmica de vários setores interligados, mas já de grande importância para o mundo. Antes os setores eram vistos como separados, sem esta visão panorâmica, fazendo com que os

[3] Dados obtidos no site Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/eixosdeacao> Acessado em: 17/08/2013.

custos fossem maiores e os resultados ineficientes, atualmente com o uso desta análise de um todo como um, melhorou bastante a eficiência deste grupo setorial. Sabendo-se que o agronegócio é uma interrelação entre diversas esferas de produção, é preciso que todos os setores estejam em crescimento contínuo, para que o agronegócio se desenvolva.

Conforme ARAUJO, (2007, p.27) “o agronegócio é o segmento econômico de maior valor em termos mundiais, e sua importância relativa varia para cada país.”.

As perspectivas são de crescimento em todos os setores, baseado em ganhos de eficiência, como por exemplo, mais tecnologia e aprendizado de novas técnicas gerando maior produtividade.

É visto que serviços de apoio como pesquisas, créditos rurais, tecnologias mecânicas e químicas, melhorias em gerenciamento e comercialização e a própria importância que o governo dá ao setor são crescente, e claro o mais importante para que isso tudo ocorra, a renda e gostos do consumidor geram crescente demanda mundial.

É visível que dentro do agronegócio alguns setores conseguem crescer mais rapidamente que outros, o setor de processamento e distribuição, por exemplo, é concentrado em poucas grandes empresas (oligopsônios) que compram de inúmeros vendedores, a demanda por produtos industrializados vem crescendo, o que já não acontece com produtos *in natura*. Desta forma, podendo influenciar no preço de mercado, o setor de processamento e distribuição, cresce em termos de valores mais rapidamente que outros setores, como por exemplo, os produtores, no qual, recebe o preço que o mercado determina, assim para que este setor fortaleça é importante que se façam as cooperativas, podendo ter uma maior renda para investirem juntos em galpões e silos para o armazenamento, maquinário para o processamento, podendo no começo terceirizar a distribuição e futuramente investir em na área de transportes.

As tendências nos campos são as formações de cooperativas para os produtores rurais, tendo assim maior acesso a informação, aumento da competitividade tecnológica, profissionalização e maior poder de barganha.

Os consumidores estão preocupados com o bem estar do animal, fazendo com que haja uma melhoria no bem estar animal nas criações. Existe hoje uma demanda por produtos de melhor qualidade, uniformidade e segurança.

Em nível do sistema de industrialização e distribuição (comercialização), maior velocidade em lançamentos de novos produtos de acordo com novas tendências de consumo (produtos mais saudáveis), aumento de fusões e aquisições, maior eficiência na automação.

O setor de insumos não se difere muito do setor de industrialização e distribuição, com aumento das fusões e aquisições (mercados mais concentrados), aumento da competitividade com novos produtos, tecnologia química, tecnologia em máquinas modernas e assistência técnica.

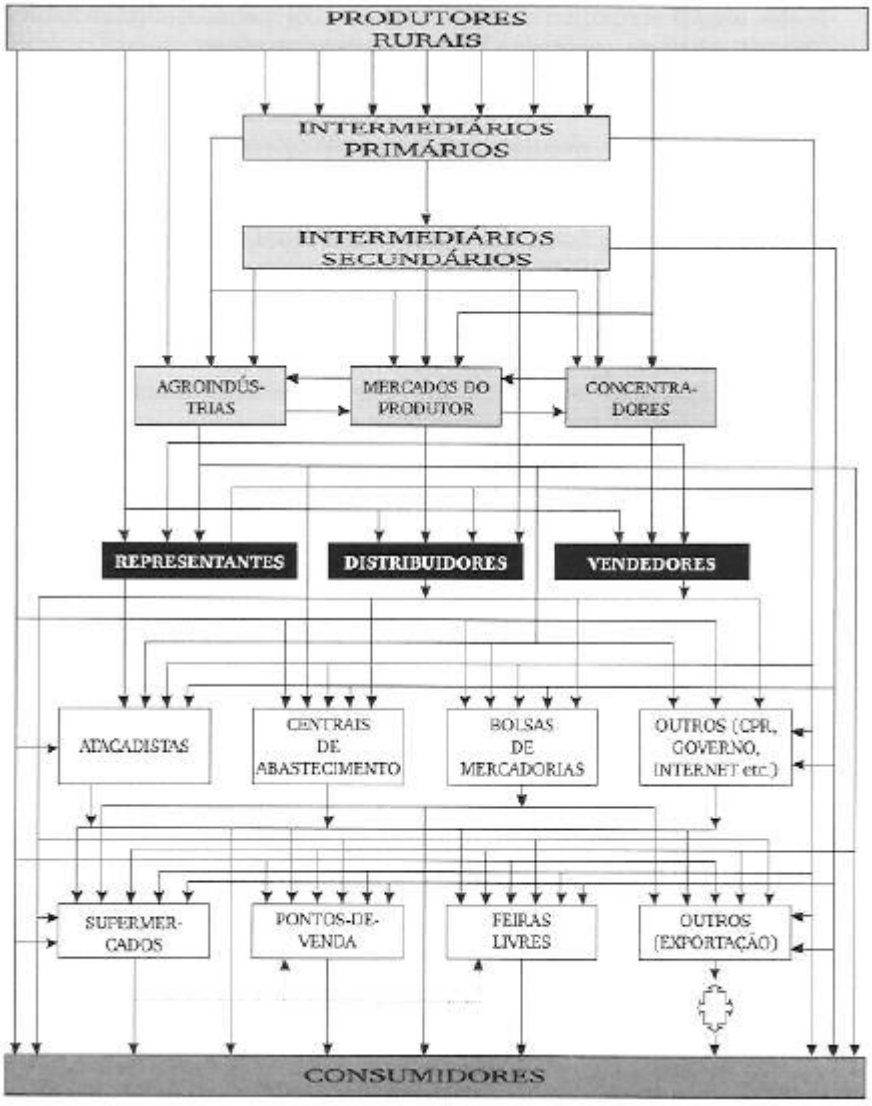
Segundo ARAUJO (2007, p.17-20) o termo agronegócios começa a ser aceito na metade da década de 1990 e que esta visão sistemática é indispensável para os tomadores de decisões, já que uma intervenção em um setor pode afetar todos os outros. O mesmo autor divide os setores em “antes da porteira” que são fornecedores de insumos, maquinários, fertilizantes e tecnologia e financiamento; “dentro da porteira” que é a produção agropecuária e “após a porteira” que é o armazenamento, processamento, distribuição e consumo.

Após a porteira é uma parte importante para este estudo já que o Programa de Aquisição de Alimentos auxilia na comercialização e na distribuição do produto chegando ao consumo do beneficiário. De acordo com ARAUJO (2007, p.79) o PIB é maior após a porteira, pois os produtos que saem da porteira até chegar à mesa do consumidor podem passar por caminhos diferentes, sendo processados e juntados com outros produtos para se tornar em uma mercadoria diferente. Estes podem ter embalagens, sabores e benefícios diferentes. Ou conforme o mesmo autor o produto pode sair da porteira e ir chegar para o consumidor sem processamento, que são os produtos *in natura*.

Na comercialização ARAUJO (2007, p.79) denomina que os caminhos que os produtos fazem até chegar à sua finalidade de canais de comercialização, o autor divide a comercialização em níveis conforme figura 2.4.1. O autor divide a comercialização em 8 níveis são eles:

nível 1: produtores rurais; nível 2: intermediários (primários, secundários, terciários etc.); nível 3: agroindústrias, mercados dos produtores e concentradores; nível 4: representantes, distribuidores e vendedores; nível 5: atacadistas, centrais de abastecimento, bolsas de mercadorias e outros, como Cédula de Produto Rural (CPR), Governo, Internet etc.; nível 6: supermercados, pontos-de-venda, feiras livres e outros, inclusive exportação; nível 7: consumidores; nível 8: importação. ARAÚJO M. (2007, p.80).

FIGURA 2.1 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS.




FONTE: ARAUJO (2007).

No caso do Programa de Aquisição de Alimentos, este pode estar localizado no nível de centrais de abastecimento, como por exemplo, CONAB ou em outros órgão do Governo, conforme a figura 2.1 e chegam ao consumidor.

Assim para ARAÚJO (2007, p.80) o produtor pode comercializar diretamente com qualquer nível, mas o que geralmente acontece é que dependendo de fatores como região, tamanho da propriedade entre outros, os produtores acabam por escolher um só nível para comercializar.

### 2.4.1 O Cenário do Agronegócio no Brasil

Nesta seção será mostrada uma síntese dos dados do agronegócio no Brasil, que engloba os setores de insumos, produção agropecuária, indústria e distribuição.

Conforme dados oferecidos pela CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, de 1994 a 2011 o Agronegócio Brasileiro passou de 648.210 milhões de reais para 917.654 milhões de reais em 2011.

O setor de insumos e o de agropecuária apresentaram crescimento considerável neste período de 1994 a 2011, de 87% e 70% respectivamente. Esses dois setores tiveram um crescimento significativo em função de novas tecnologias, tanto em máquinas como em biotecnologia, a abertura do mercado internacional, grandes exportações como a soja, novas políticas públicas de crédito e infraestrutura para os produtores. São modificações no cenário econômico, político e mundial que geraram crescimento e desenvolvimento nestes setores.

A partição maior destes valores fica após a porteira que conforme os dados apresentados pela ESALQ e CNA (2013) em 2011 a distribuição ficou com 30,87%, a indústria com 28,53% somando 59,4%, contra 28,8% da agropecuária e 11,81% dos insumos. No ano de 2011 foi verificado que a agropecuária ficou com uma participação maior que a indústria, algo que não havia acontecido nos anos

anteriores nesta série histórica de 1994 a 2011. Mais uma vez mostra o crescimento da agropecuária.

Já de acordo com o relatório PIBagro-Brasil (2013) também realizado pela CEPEA e CNA, teve uma diminuição de 1,89%, isso é explicado no relatório por fatores externo que influenciam o agronegócio como a desaceleração da economia chinesa, problemas econômicos na Europa e o aumento da cotação internacional de grãos com safras prejudicadas na Rússia e nos Estados Unidos e também por problemas internos como clima e apreensão com a inflação.

Conforme o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2007), a participação do PIB do Agronegócio em 2005 em relação ao PIB total ficou em 27,9% e a participação agropecuária era de 19% do PIB do Complexo Familiar Agrícola, 13% do PIB do Complexo Familiar Pecuário, 50% de participação do PIB do Complexo Patronal Agrícola e 18% de participação do PIB do Complexo Patronal Pecuário. Desta forma, é demonstrada a importância da agricultura familiar no Brasil e sua significativa participação no PIB do Agronegócio.

## 3 METODOLOGIA

Este trabalho, do ponto de vista da sua natureza, se constitui em uma pesquisa aplicada já que o mesmo gera informações e conhecimentos a problemas específicos à população e ao estado. De acordo com a abordagem é de forma qualitativa, no qual faz uma análise dos acontecimentos, exploratória, descritiva e bibliográfica, através de pesquisas já realizadas, informações do funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos e outros como o funcionamento do Agronegócio. Os dados analisados são dados primários e secundários.

Através de uma pesquisa das cidades que mais receberam recursos pela CONAB do programa PAA em 2012 pelo SAGI MI SOCIAL (2013), foi identificado as cidades que mais receberam recursos no Rio Grande do Sul, desta forma, foi selecionado três dessas cidades para este estudo, Cerrito, Canguçu e Pelotas.

Foi analisado os recursos recebidos nessas cidades de 2006 a 2012 com dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL, foi analisado a área plantada e quantidade produzida dessas através de dados da Produção Agrícola Municipal, SIDRA, IBGE

(2013) e quantidade produzida de produtos da horticultura por dados disponibilizados pelo SIDRA (2013).

Na parte de crescimento econômico foi analisado o PIB e o valor adicionado no RS e nos municípios selecionados com dados da FEE (2013)

Do que refere também ao método de abordagem este trabalho foi elaborado com o método indutivo, já que neste método se chega a conclusões através de análises de informações individuais que quando agrupadas resultam em uma resposta. “No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta.” SILVA; MENEZES (2001, p. 26).

# 4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

O capítulo relata a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, os objetivos, o funcionamento e os dados do programa, em especial em três cidades do Rio Grande do Sul, Canguçu, Cerrito e Pelotas, que estão entre as que mais receberam recursos do PAA em 2012 e trabalham com o programa desde seu inicio. Será demonstrada também a importância do PAA no Rio Grande do Sul.

## 4.1 Criação do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003 e instituído pelo Programa Fome Zero. Após o país passar por um longo período de instabilidade econômica, recessão e planos fracassados, diversas variáveis relevantes para a população foram afetadas, como o grande aumento na desigualdade social e o agravamento no estado de pobreza das famílias.

Em outubro de 2001 foi lançada a proposta do Projeto Fome Zero pelo Instituto da Cidadania, afirmando o direito da alimentação de qualidade para toda a população. O Projeto tinha como coordenador geral Luis Inácio Lula da Silva e José Alberto de Camargo. Assim o projeto discute o problema da Fome, o direito à alimentação, programas específicos, políticas estruturais entre outros. Desta forma,

em 2003, uma das prioridades do mandato do recém presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva foi a da segurança alimentar.

Neste mesmo período foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi reativado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e em 2006 foi promulgada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, lei nº 11.346. De acordo com BRASIL (2010, p. 26) ”Combater a fome significa, acima de tudo, combater as causas do subdesenvolvimento.”

O Programa Fome Zero[4] possui quatro eixos articuladores, são eles: Acesso aos Alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, Mobilização e Controle Social. E no Eixo 2, Fortalecimento da Agricultura Familiar, é que entra o PAA.

O PAA segundo BRASIL (2010, p. 65) “é uma das ações estruturais para garantir a vinculação da produção local com o maior consumo de alimentos.” Segundo o mesmo autor, o programa incentiva a agricultura familiar, podendo estes vender suas mercadorias diretamente para o governo e em algumas situações podendo ter o acesso antecipado dos recursos para o custeio da atividade.

No artigo de GRISA et. al. (2009, p.1) os autores debatem questões sobre o PAA, para eles a criação do programa em 2003 foi resultado de duas discussões que eram apontados no Brasil, à questão da segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento da agricultura familiar. Segundo GRISA C. et. al. (2009, p. 2) “O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e define-se enquanto um Programa intersetorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil.”. Conforme GRISA et. al. (2009, p.4), o programa começou com os recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e em 2006 com os recursos também do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Para GRISA et. al. (2009, p.7) o PAA faz uma alteração na matriz produtiva e na matriz consumo, pois o PAA tem estimulado a diversificação da produção, já que agricultores familiares vinham de uma cultura de monocultura e

[4] Dados atualizados site FOME ZERO. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes> acessado em 22/07/2013.

com uma maior procura de diversos produtos para a compra, estes produtores as produzem. Além disso, “o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apóia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais.” GRISA et. al. (2009, p.8).

O Programa de Aquisição de Alimentos é de grande relevância para o agronegócio, pois gera a garantia da comercialização, uma das grandes dificuldades dos produtores em determinar para quem vender e a que preço.

### 4.1.1 Objetivos e funcionalidades do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos foi se modificando, melhorando seu funcionamento e aumentando os benefícios para a população. O programa tem como objetivo principal gerar a acessibilidade dos alimentos às pessoas mais necessitadas e estimular a agricultura familiar.

O programa foi instituído pela Lei nº 10.696 art. 19. Assim de acordo com a Lei o Programa tem as seguintes finalidades[5]:

> I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
> VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

[5] BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

Para o agricultor familiar é um ótimo benefício, pois ele comercializa sua produção, o incentiva a produzir mais, a ter uma produção mais diversificada e desta forma aumenta a sua renda. Pela outra parte o programa beneficia pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo estas usufruir destes alimentos, objetivando em uma melhor alimentação e nutrição das pessoas. Assim tanto o fornecedor como o consumidor recebe o benefício.

Os regulamentos do PAA foram instituídos pelo Decreto nº 7.775[6], que trata das finalidades, do público beneficiário, da forma de aquisição e destinação dos produtos, pagamento, modalidades, das instancias que coordenam e executam o programa, entre outros.

O Programa possui um Grupo Gestor[7] - GGPAA, cujos participantes definem as normas, metodologias, critérios e também acompanha o funcionamento do PAA[8]. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome e o Ministério do Desenvolvimento agrário são gestoras do PAA e as executoras do PAA conforme o Art. 28 do Decreto nº 7.775 são:

> I - os órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, que celebrarem Termo de Adesão ou convênios com as Unidades Gestoras; e
> II - a CONAB e outros órgãos ou entidades da administração pública federal que celebrarem termo de cooperação com as Unidades Gestoras.
> Parágrafo único. As unidades gestoras poderão estabelecer procedimentos de seleção de potenciais unidades executoras do Programa.

Antes para a execução do PAA era necessária uma pactuação por convênio, atualmente é através de um termo de adesão.

Os beneficiários são os consumidores e fornecedores do programa, assim os beneficiários e as organizações fornecedoras são de acordo com o Art. 3 do Decreto nº 7.775:

---

[6] BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.
[7] O Grupo Gestor é formado por representante de seis ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da educação.
[8] Para mais informações das Resoluções do Grupo Gestor disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor>. Acessado em 25/07/2013.

> I - beneficiários consumidores - indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, pela rede pública e filantrópica de ensino; (Redação dada pelo Decreto nº 8.026, de 2013)
> II - beneficiários fornecedores - público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e
> III - organizações fornecedoras - cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPAA.

Para participar do programa segundo o Decreto 7.775 os beneficiários fornecedores precisam apresentar Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou por algum outro documento determinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Programa de Aquisição Alimentar possui cinco modalidades e outras que podem ser definidas pelo Grupo Gestor – GGPAA, desta forma o quadro 4.1 demonstra as modalidades e seus limites.

QUADRO 4.1 MODALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTAR

| Modalidades do PAA | | Limites |
|---|---|---|
| Modalidade | Especificação | por Unidade Familiar |
| Compra com Doação Simultânea | Compra de alimentos e doação simultânea para beneficiários definidos pelo programa. | R$ 5,5 mil por ano |
| Compra Direta | Compra com o objetivo de sustentar preços, atender demandas do programa e fazer estoques públicos. | R$ 8 mil por ano |
| Incentivo a Produção e ao Consumo de Leite | Compra de leite, que após beneficiamento é doado para beneficiários definidos pelo programa. | R$ 4 mil por semestre |

| | | |
|---|---|---|
| Apoio a Formação de Estoques | Apoio financeiro para a formação de estoques para após a comercialização o recurso seja devolvido para o Poder Público ou a entrega da mercadoria aos estoques públicos. | R$ 8 mil por ano e R$ 1.500.000 por organização fornecedora |
| Compra institucional | Compra de alimentos da agricultura familiar para as demandas da obtenção de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. | R$ 8 mil por ano |
| Outras definidas pela GGPAA | Definido pela GGPAA | até R$ 8 mil por ano |

FONTE: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas pelo Decreto 7.775 de 4 de Julho de 2012.

Outros valores são definidos para as organizações fornecedoras para as outras modalidades, sendo que estes, segundo o Decreto 7.775 dependem da quantidade de beneficiários fornecedores considerados nas outras modalidades, sendo que se deve respeitar o limite por unidade familiar.

# 5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM TRÊS MUNICÍPIOS ANALISADOS.

Neste capítulo será demonstrado o desempenho do Programa de Aquisição Alimentar no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul – RS e nos três municípios estudados, os quais pertencem ao estado do RS.

## 5.1 PAA no Brasil.

O PAA conseguiu nestes anos de trabalho evoluir consideravelmente e os recursos aplicados no programa vem do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O MDS repassa recursos para todas as modalidades e o MDA repassa para a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar. A tabela 5.1 mostra a evolução destes recursos, que teve um aumento de aproximadamente 619% em 2012 com relação ao ano de 2003.

TABELA 5.1 EVOLUÇÃO DOS RECURSOS MDA/MDS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS NO BRASIL

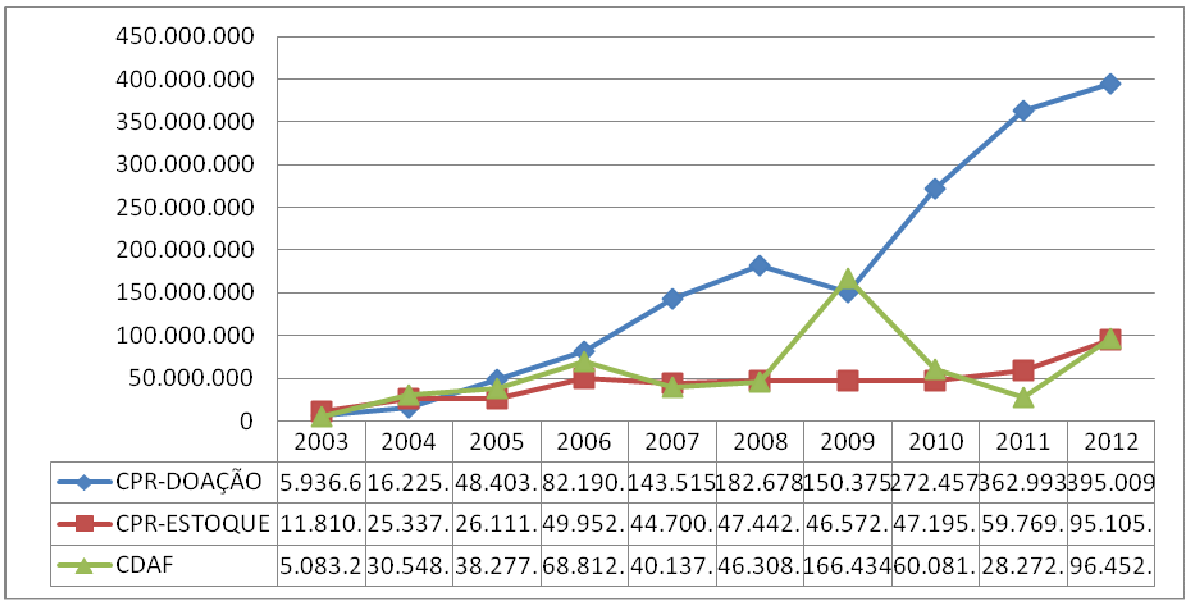
| ANO | TOTAL (R$) |
|---|---|
| 2003 | 81.541.207 |
| 2004 | 107.185.826 |
| 2005 | 112.791.660 |
| 2006 | 200.954.580 |
| 2007 | 228.352.967 |
| 2008 | 272.490.388 |
| 2009 | 363.381.941 |
| 2010 | 379.735.466 |
| 2011 | 451.036.204 |
| 2012 | 586.567.131 |
| TOTAL | 2.784.037.371 |

FONTE: SUPAF/GECAF apud CONAB (2012, p.3).

Segundo CONAB (2012, p.4) a região Sul foi em 2012 destaque em recebimentos dos recursos, tendo participação de 39%, seguido pela região Nordeste que recebeu 26% dos recursos. O mesmo informa que a região teve um aumento com relação ao ano de 2011, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, pela modalidade de Compra Direta da Agricultura Familiar, com a aquisição de produtos como o leite em pó e o suco de uva. A região Sul também se destaca na quantidade de produtos adquiridos pelo programa em 2012, conforme mostra o gráfico 5.2.

Segundo GRANDO, FERREIRA (2013, p.16) agricultores do Rio Grande do Sul respondem as requisições do PAA, pois estes possuem modernas estruturas produtivas na agricultura familiar, conexão com os mercados, organização em associações como cooperativas e feiras e reivindicações coletivas ao longo do tempo para melhores condições.

GRÁFICO 5.1 EVOLUÇÃO DAS MODALIDADES DO PAA – RECURSOS DISTRIBUIDOS EM REAIS NO BRASIL.

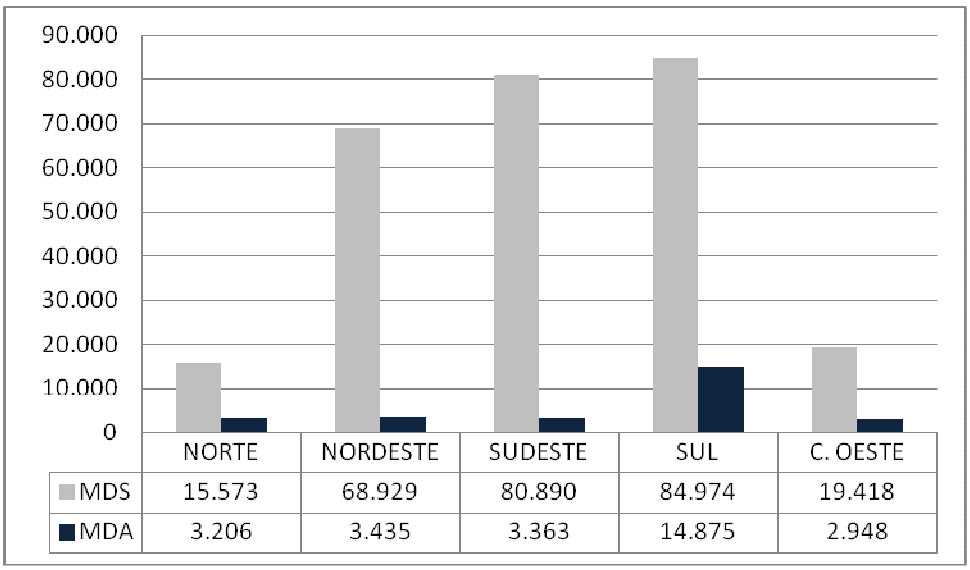



| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CPR-DOAÇÃO | 5.936.6 | 16.225. | 48.403. | 82.190. | 143.515 | 182.678 | 150.375 | 272.457 | 362.993 | 395.009 |
| CPR-ESTOQUE | 11.810. | 25.337. | 26.111. | 49.952. | 44.700. | 47.442. | 46.572. | 47.195. | 59.769. | 95.105. |
| CDAF | 5.083.2 | 30.548. | 38.277. | 68.812. | 40.137. | 46.308. | 166.434 | 60.081. | 28.272. | 96.452. |

FONTE: Reelaborado pela autora a partir das informações obtidas pelo SUPAF/GECAF apud CONAB (2012, p.6).

No gráfico 5.1 observa-se que a modalidade que mais cresceu foi a de Compras com Doação simultânea. Nesta modalidade a compra já é destinada para alguma entidade atendida pelo PAA como escolas, hospitais, abrigos, creches, desta forma, produtos recém-comercializados chegam na alimentação das pessoas, alimentos estes como verduras, legumes, ovos, frutas, leite, carnes entre outros. Este crescimento é devido ao crescimento de entidades atendidas pelo PAA, maior número de cidades e agricultores participantes e o aumento de limite de compras do PAA nestes anos analisados.

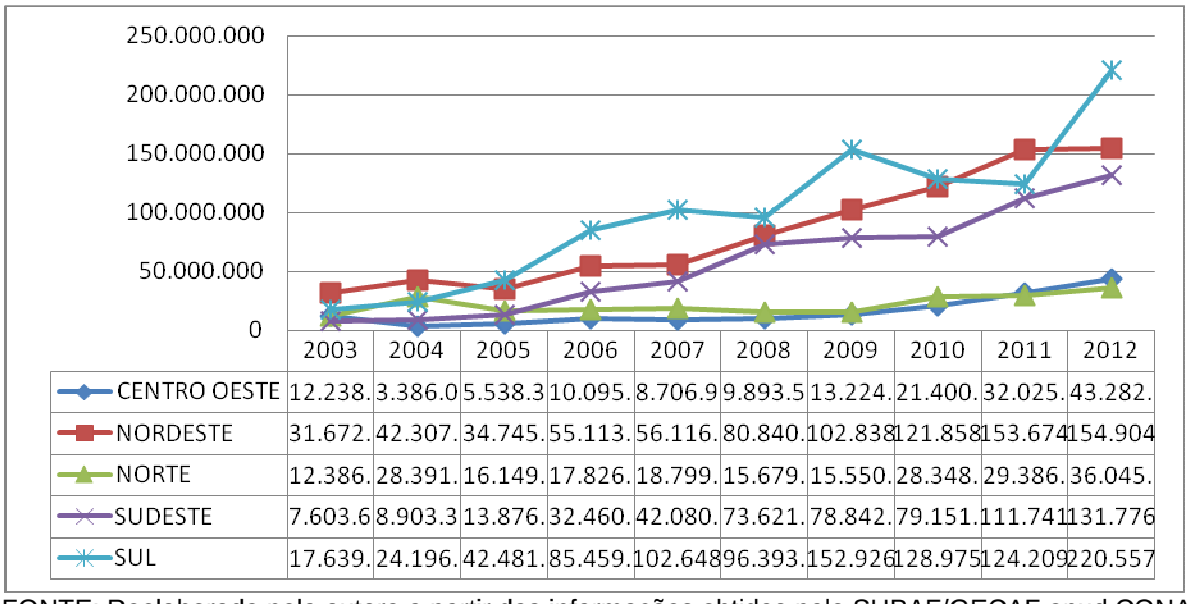
GRÁFICO 5.2 QUANTIDADE DE PRODUTOS ADQUIRIDOS (T), POR REGIÃO EM 2012.




FONTE: Reelaborado pela autora a partir das informações obtidas pelo SUPAF/GECAF apud CONAB (2012, p.9).

Pode-se analisar na figura 5.1 a atuação do PAA nos municípios brasileiros. Conforme CONAB (2012, p.14) em 2012 1.180 municípios foram atendidos pelo PAA, uma participação de 21% do número total de municípios no Brasil.

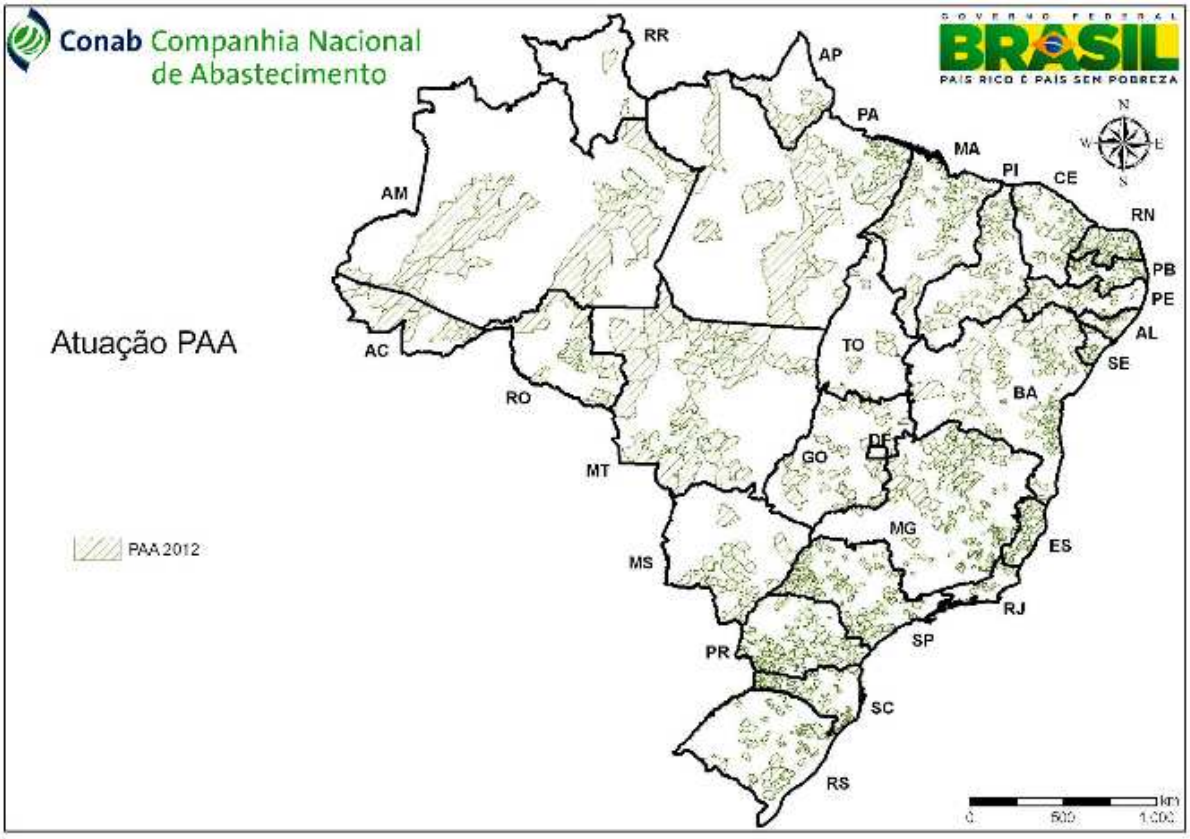
GRÁFICO 5.3 . EVOLUÇÃO DO PAA POR REGIÃO – RECURSOS DISTRIBUIDOS EM REAIS




FONTE: Reelaborado pela autora a partir das informações obtidas pelo SUPAF/GECAF apud CONAB (2012, p.7).

A relevância do estado do Rio Grande do Sul no PAA também e evidenciada no gráfico 5.3, que mostra que a partir de 2005 a região sul do Brasil teve destaque em recebimento de recursos do programa, seguido pelo pela região nordeste. Segundo CONAB (2012, p.5) na região sul a modalidade de ênfase foi a de compra direta da agricultura familiar com recursos obtidos em aproximadamente R$94 milhões, sendo que o Rio Grande do Sul recebeu em torno de 85% deste valor. Já na região nordeste a modalidade destacada é a de compras com doação simultânea com R$128.710.565,00 de recursos obtidos.

FIGURA 5.1 MAPA MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PAA EM 2012.




FONTE: SUINF/GEOTE *apud* CONAB (2012, p.15)

Na figura 5.1 observa-se a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos em todo o país em 2012. Como já comentado nesta seção, 21% do total de municípios do Brasil, foram atendidos em 2012 pelo PAA.

## 5.2 PAA na Região Sul do Rio Grande do Sul

Esta seção apresenta a operacionalização do PAA na região sul do estado do Rio Grande do Sul – RS. Como este trabalho tem o enfoque em algumas cidades do Rio Grande do Sul, é importante estabelecer uma visão do desenvolvimento econômico no estado e como é o trabalho do PAA no estado e na região estudada.

Como já visto na parte anterior o Rio Grande do Sul tem uma significativa importância no Programa de Aquisição de Alimentos. Esse estado tem grande capacidade de produção e organização. De acordo com SOUZA (2007), o estado do Rio Grande do Sul teve sua base de formação econômica na extração da erva-mate e na pecuária, a partir de 1748 com a chegada dos colonos das ilhas açorianas começou a fase das estâncias que tinham como grande destaque a produção do couro e do charque principalmente nas proximidades de Pelotas. Segundo o mesmo autor, com a chegada de outros imigrantes como os alemães, italianos e poloneses, vieram novas profissões, novos produtos e novas tecnologias, assim com o tempo surgiram melhores estruturas como estradas de ferro, indústrias, faculdades, melhorias no porto de Rio Grande, com o governo Getulio Vargas foi criado o BANRISUL, já em torno de 1970 o estado começou a produzir a soja. A soja é um importante produto para o RS já que é uma mercadoria de exportação. ”A euforia da soja dinamizou o comércio do interior e tornou o RS o maior mercado para máquinas agrícolas e insumos modernos”. SOUZA (2007, p.14). Segundo SOUZA (2007, p. 15) novas práticas de irrigação foram feitas no RS, ao longo do tempo o estado começou a exportar mais. Assim novos investimentos foram feitos no Rio Grande do Sul, potencializando a indústria o agronegócio no estado.

Esse estudo vai focar em três cidades do Rio Grande do Sul, Canguçu, Pelotas e Cerrito, que foram escolhidas devido ao fato de fazerem parte das cidades que mais receberam recursos do PAA pelo CONAB em 2012 no RS.

## 5.3 Cidades destaques do PAA no Rio Grande do Sul.

Nesta seção do trabalho será apresentada uma síntese de cada cidade escolhida e sua ligação com o PAA. Serão apresentados dados e a importância destas cidades para a população.

### 5.3.1 Canguçu

Canguçu está localizada[9] a 274 km da capital Porto Alegre. Canguçu segundo o Censo 2010, IBGE (2013) possui uma população de 53.259 pessoas sendo que 33.565 residem em zona rural.

A cidade de Canguçu foi segundo Bento [sd], entusiasmada pelas grandes charqueadas em Pelotas, pois Canguçu era um caminho para as passagens das tropas de gados e também era local de criação bovina.

### 5.3.2 Pelotas

A cidade de Pelotas está localizada[10] a 250 km de Porto Alegre, a cidade representa 28% da produção de arroz do RS, 10% na produção de grãos, no rebanho bovino de corte 16%, tem a maior bacia leiteira, criação de cavalos e ovelhas, e é a maior produtora de pêssegos para conserva, além de outros produtos. È também conhecida como a cidade dos doces.

Segundo o Censo 2010, IBGE (2013) Pelotas possui uma população de 328.275 habitantes sendo que 22.082 residem em zona rural.

### 5.3.3 Cerrito

A cidade de Cerrito foi criada em 1995, a economia[11] da cidade é desenvolvida pelo setor agropecuário, destacando a produção de leite, gado raça Jersey e produz outros produtos como a soja, milho, arroz e a criação de aves para produção de alimentos.

---

[9] Dados obtidos no site oficial da cidade de Canguçu.
[10] Dados obtidos no site oficial da cidade de Pelotas.
[11] Dados obtidos no site oficial da cidade de Cerrito.

Segundo censo 2010, IBGE (2013), Cerrito possui 6.402 habitantes, sendo que 2.655 pessoas residem na área rural.

### 5.3.4 Dados do PAA no Rio Grande do Sul e na região estudada

Nesta seção são mostrados os dados do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul e nas cidades de Pelotas, Canguçu e Cerrito.

Como a região sul é destaque no PAA em recebimento de recursos do programa, na tabela 5.2 ressaltam-se as cidades do RS que mais receberam recursos do PAA em 2012, como Canguçu que recebeu pelo CONAB em torno de 7 milhões de reais e aproximadamente 111 mil reais pelo CONAB/MDA. Canguçu teve em 2012, 913 agricultores fornecedores pela CONAB e 15 pela CONAB/MDA. Pelotas com 535 agricultores fornecedores pela CONAB e 15 pela CONAB/MDA e recebeu em torno de 4 milhões de reais pela CONAB e 61 mil reais da CONAB/MDA. Já Cerrito recebeu R$1.715.063,80 pela CONAB e não forneceu para a CONAB/MDA, com 215 fornecedores pela CONAB.

TABELA 5.2 CIDADES QUE RECEBERAM MAIS RECURSOS PELA CONAB EM 2012 NO RS.

| | CONAB | | | | | CONAB/MDA | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Município | Total de Agricultores Fornecedores | Total de Entidades Beneficiadas | Total de Atendimentos | Peso Total dos Produtos (Kg) | Recursos Fornecidos (R$) | Total de Agricultores Fornecedores | Peso Total dos Produtos (Kg) | Recursos Fornecidos (R$) |
| Canguçu | 913 | 0 | 0 | 967745,67 | 7133472 | 15 | 28431,8 | 110997,5 |
| Bento Gonçalves | 693 | 0 | 0 | 2760583,4 | 5381972 | 287 | 466867,2 | 1432000 |
| Pelotas | 535 | 0 | 0 | 854988,56 | 4274673 | 15 | 14921,55 | 61481,25 |
| São Gabriel | 446 | 0 | 0 | 5785221 | 3348873 | 29 | 407017,3 | 232000 |
| Encantado | 413 | 0 | 0 | 390977,21 | 3300010 | 0 | 0 | 0 |
| Farroupilha | 285 | 0 | 0 | 724159,98 | 2160818 | 58 | 119140,6 | 453500 |
| Encruzilhada do Sul | 362 | 6 | 946 | 1399707 | 2160558 | 5 | 10170,1 | 40000 |
| Santana do Livramento | 366 | 19 | 63913 | 628323,72 | 2160257 | 0 | 0 | 0 |
| Ibiraiaras | 308 | 0 | 0 | 710902 | 1966166 | 37 | 463949,3 | 129500 |
| Antônio Prado | 255 | 0 | 0 | 550538,81 | 1898158 | 207 | 639820,4 | 1228001,1 |
| Constantina | 231 | 0 | 0 | 202310,98 | 1761122 | 0 | 0 | 0 |
| Cerrito | 215 | 0 | 0 | 180167 | 1715064 | 0 | 0 | 0 |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL(2013).

Esses dados aqui apresentados têm como fonte SAGI MI SOCIAL. No entanto os dados fornecidos são a partir de 2006 e de 2006 a 2010 os dados eram fornecidos conforme a modalidade do programa, conforme tabela 5.3.

TABELA 5.3 PAA EM CANGUÇU DE 2006 A 2010.

| Canguçu | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Compra Direta** | valor da aquisição R$ | - | - | - | 83.992,38 | - |
| | agricultores familiares | - | - | - | 25 | - |
| | toneladas de alimentos | - | - | - | 57,95 | - |
| **Doação Simultânea** | valor da aquisição R$ | 447.053,39 | 390.937,07 | 184.510,44 | - | - |
| | agricultores familiares | 197 | 137 | 56 | - | - |
| | pessoas beneficiadas | 14.640 | 21.589 | 13.130 | - | - |
| | toneladas de alimentos | 292.001 | 234 | 134 | - | - |
| **Formação de Estoques** | valor da aquisição R$ | 304.064,72 | 140.000,00 | - | 140.000,00 | - |
| | agricultores familiares | 88 | 40 | 20 | - | - |
| | toneladas de alimentos | 108.969 | 20 | - | 405 | - |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL(2013).

Na tabela 5.3 verifica-se que as modalidades utilizadas pela cidade foram compra direta, doação simultânea e formação de estoques, em 2010 verifica-se a falta de dados, por não utilização do programa pela cidade ou os dados não foram disponibilizados.

A partir de 2011 os dados são apresentados de acordo com a entidade que executa o programa.

TABELA 5.4 PAA EM CANGUÇU DE 2011 A 2012.

| Canguçu | | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **CONAB** | Agricultores Fornecedores | - | 913 |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | - | 967.745,67 |
| | Recursos Fornecidos (R$) | - | 7.133.472,06 |
| **CONAB MDA** | Agricultores Fornecedores | 12 | 15 |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | 25.596 | 28.432 |
| | Recursos Fornecidos (R$) | 95.985,00 | 110.997,50 |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL (2013).

Na tabela 5.4 verifica-se que as executoras na cidade de Canguçu são a CONAB e a CONAB com recursos do MDA e outras executoras como PAA estado, PAA municipal não participam em Canguçu. É visto que nestes dois anos os recursos aumentaram. Na tabela 5.5 observa-se que a modalidade Doação Simultânea foi executada em Pelotas em todos os anos desta e a Compra Direta entre 2009 e 2010 e a Formação de Estoques em 2006 e 2008.

TABELA 5.5 PAA EM PELOTAS DE 2006 A 2010.

| Pelotas | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Compra Direta** | valor da aquisição R$ | - | - | - | 7.416.561,61 | 231.969,28 |
| | agricultores familiares | - | - | - | 1.102 | 66 |
| | toneladas de alimentos | - | - | - | 988,87 | 98,16 |
| **Doação Simultânea** | valor da aquisição R$ | 616.980,60 | 671.405,84 | 893.582,97 | 19.796,00 | 401.593,58 |
| | agricultores familiares | 281 | 268 | 304 | 5 | 99 |
| | pessoas beneficiadas | 46.535 | 46.690 | 25.105 | 325 | - |
| | toneladas de alimentos | 308.358,00 | 444,80 | 592,62 | 10,34 | 326,13 |
| **Formação de Estoques** | valor da aquisição R$ | 144.302,97 | - | 117.087,00 | - | - |
| | agricultores familiares | 58 | - | 35 | - | - |
| | toneladas de alimentos | 11.607,81 | - | 25,14 | - | - |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL (2013).

Conforme WAGNER (2009, p.56-) no Rio Grande do Sul existiam outros programas de inclusão da agricultura familiar como a “Merenda Escolar Ecológica”, que teve a colaboração da Cooperativa de Pequenos Agricultores da Região Sul – COOPAR, este executado em São Lourenço do Sul e um outro também com outras escolas públicas com o auxílio do Centro de Apoio ao Pequeno Produtor – CAPA e a Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul – CEASA-RS. Assim, de acordo com o estudo deste autor, o CAPA auxiliou bastante na inserção dos agricultores no PAA. Um seminário feito em Pelotas apresentou aos agricultores o programa, que ficaram satisfeitos pelo fato de terem compradores para seus produtos. Também organizaram a escolha dos produtos que iam ser produzidos e depois a escolha dos beneficiários. Segundo WAGNER (2009, p.59) “As organizações de agricultores e de pescadores abrangem nove municípios (Arroio Padre, Canguçu, Cerrito, Hervaldo Sul, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Turuçu)”. De acordo com (FRÓES et al.2007 apud WAGNER 2009,p.59) “o CAPA assumiu o papel de criação da Central de Informações responsável pela logística do programa, ou seja, pela organização das entregas dos produtos e pela atualização e pelo planejamento da produção. Ou seja, o CAPA, além de organizar toda a rede, teve o papel de mediador:”

Desta forma, na época em que se começou o PAA nestas cidades, os dados informados poderiam ter sido repassados como os dados deste grupo de cidades.

> Para a CONAB e para o MDS, que em 2003 havia firmado convênio com 17 outros locais no Brasil, afirmou que o contrato formado em Pelotas e região tinha um caráter *sui generis*, pois esse era o local onde havia a maior complexidade de relações entre atores que se organizavam das mais diversas formas, fato não encontrado dessa maneira em nenhuma outro local do país. (FRÓES et al., 2008 apud WAGNER, 2009 p. 61)

Conforme WAGNER (2009, p.62) a burocracia com os documentos necessários do PAA e um atraso de seis meses no pagamento, no começo do programa, gerou desconfiança e receio.

Na tabela 5.6 verificam-se os dados do PAA em Pelotas em 2011 e 2012. Os números destas cidades no PAA mudam bastante, tem anos que os valores são maiores e outros menores, o que pode ser explicado pela burocracia de documentos do programa, produções diversificadas ou perdas de produção, ou nem todos os dados foram lançados para serem disponibilizados.

TABELA 5.6 PAA EM PELOTAS DE 2011 A 2012.

| **Pelotas** | | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|
| **CONAB** | Agricultores Fornecedores | 168 | 535 |
| | Entidades Beneficiadas | 55 | - |
| | Atendimentos | 14.941 | - |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | 651.918,00 | 854.988,56 |
| | Recursos Fornecidos (R$) | 744.216,36 | 4.274.673,30 |
| **CONABMDA** | Agricultores Fornecedores | 188 | 15 |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | 384.375,00 | 14.921,55 |
| | Recursos Fornecidos (R$) | 1.500.000,00 | 61.481,25 |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL(2013).

Na tabela 5.7 verificam-se os dados de Cerrito. Os dados disponibilizados foram somente de 2012, mas conforme já visto esta cidade participa do programa desde o começo junto com as outras cidades do grupo da região de Pelotas. Em 2012 ficou em 12º lugar entre as cidades do Rio Grande do Sul que mais receberam recursos do PAA.

TABELA 5.7 PAA EM CERRITO EM 2012.

| Cerrito | | 2012 |
|---|---|---|
| CONAB | Agricultores Fornecedores | 215 |
| | Entidades Beneficiadas | - |
| | Atendimentos | - |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | 180.167,00 |
| | Recursos Fornecidos (R$) | 1.715.063,80 |
| CONAB MDA | Agricultores Fornecedores | - |
| | Peso Total dos Produtos (Kg) | - |
| | Recursos Fornecidos (R$) | - |

FONTE: Elaborada pela autora, a partir dos dados obtidos pelo SAGI MI SOCIAL(2013).

A escolha de Cerrito é para demonstrar que mesmo sendo uma cidade pequena e recente ela é de grande importância para o PAA, e seus agricultores utilizam o programa para melhorar suas vendas, facilitando a comercialização.

## 6 RESULTADOS

Os capítulos já apresentados mostram a importância da região sul do Brasil no Programa de Aquisição de Alimentos, pois é um dos que mais recebe recursos do programa.

Como já demonstrado o PAA aplicou em recursos de aquisição de produtos de 2003 a 2012 um total de R$ 2.784.037.371,00 no Brasil, fora outros valores como despesas. A modalidade que mais cresceu de 2003 a 2012 no Brasil de foi a de Compras com Doação simultânea, no qual já é escolhido um lugar para o recebimento simultâneo desta compra. A região Sul foi a que a que mais repassou produtos tanto pelo MDA quanto pelo MDS. A região sul e a nordeste são as que mais se destacam em recursos distribuídos pelo PAA.

Em 2012 as cidades de Canguçu, Cerrito e Pelotas foram as que mais receberam recursos do PAA no RS. A tabela a seguir contempla a população rural e urbana destas cidades analisadas.

TABELA 6.1 POPULAÇÃO RURAL E URBANA EM CANGUÇU, CERRITO E PELOTAS.

| Cidades | 2000 | | 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | Total da população urbana | Total da população rural | Total da populaçao urbana | Total da população rural |
| Canguçu | 17.695 | 33.752 | 19.696 | 33.572 |
| Cerrito | 3.968 | 2.957 | 3.747 | 2.657 |
| Pelotas | 301.081 | 22.077 | 305.696 | 22.082 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados IBGE Censo Demográfico (2000) e IBGE Censo Demográfico (2010).

Na tabela 6.1 verifica-se a população urbana e rural em Canguçu, Cerrito e Pelotas em 2000 e 2010 pelo Censo Demográfico. A cidade de Canguçu possui uma população rural maior que a população urbana, Cerrito possui uma população rural também bem expressiva, sendo um pouco mais da metade urbana e Pelotas possui 22.082 habitantes rurais em 2010. Nas três cidades a população rural diminuiu, mas relativamente pouco em relação a outros períodos. Uma das grandes bandeiras das políticas agrícolas no Brasil se refere a diminuição do êxodo rural. Uma observação sobre a cidade de Canguçu que possui uma grande população rural, sendo esta maior que a população urbana, foi a que mais recebeu recursos do programa.

### 6.1.1 Produção do setor agrícola

Um dos resultados esperados pelo Programa de Aquisição de Alimentos é que a diversidade da produção agrícola aumente, já que a comercialização está assegurada. No Rio Grande do Sul, áreas de plantação de diversos produtos estão perdendo espaço para a plantação de soja, já que esta está gerando uma boa lucratividade para os produtores e arrendatários.

As compras efetuadas por beneficiários fornecedores são muitas vezes produtos oriundos de pequenas produções e alguns destes não estão na pesquisa de Produção Agrícola Municipal. E nestas pesquisas é vistos variações que podem ser causadas também por fatores climáticos e cenários econômicos que alteram a produção e o mercado do produto. Mesmo desta forma, foram analisadas as áreas

plantadas e quantidades produzidas através de dados disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. pela pesquisa da Produção Agrícola Municipal.

As tabelas a seguir mostram a área plantada e a quantidade produzida de produtos agrícolas dos anos de 2002 e 2011 em cada cidade estudada.

Na cidade de Canguçu é observado vinte e um produtos, conforme mostra a tabela 6.2. Alguns destes produtos obtiveram aumento da produtividade, em que a área plantada diminuiu, mas a produção aumentou, assim respectivamente tem-se a cevada em grão: área (-25%), produção (+100%); arroz em casca: área (-31,8%), produção (+6,9%); batata-doce: área (-44%), produção: (+12%) e o melão: área (0%), produção (+11,1%). Outros como a aveia e a ervilha deixaram de ser produzidos, ou a quantidade produzida sendo pequena parou de ser repassada para a pesquisa. Produtos como girassol, mamona, mandioca e trigo começaram a ser produzidos em Canguçu.

A soja foi o grande destaque em Canguçu com uma variação positiva de aproximadamente 129% de quantidade produzida e aproximadamente 67% de variação na área plantada. Desta forma, em Canguçu de 2002 a 2012 aumentaram os produtos plantados de 16 para 19, mas diminuiu a produção total de 168.725 toneladas para 152.942 toneladas, pois mesmo com o aumento da produção da soja, outras produções diminuíram como a batata inglesa, cebola, feijão e milho em grão. Esse aumento da produção da soja é devido a demanda e o preço internacional, que favorecem ao produtor plantar e exportar a soja.

TABELA 6.2 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM CANGUÇU

| Canguçu | Área plantada (Hectares) | | Quantidade produzida (toneladas) | | Variação (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 | Área | Prod |
| Alho | 150 | 150 | 450 | 450 | 0,0 | 0,0 |
| Amendoim (em casca) | 120 | 120 | 120 | 120 | 0,0 | 0,0 |
| Arroz (em casca) | 1210 | 825 | 6625 | 7084 | -31,8 | 6,9 |
| Aveia (em grão) | 1000 | 0 | 900 | 0 | -100,0 | -100,0 |
| Batata-doce | 500 | 280 | 2000 | 2240 | -44,0 | 12,0 |
| Batata-inglesa | 1600 | 1000 | 14880 | 8800 | -37,5 | -40,9 |
| Cebola | 1200 | 1000 | 7200 | 6000 | -16,7 | -16,7 |
| Cevada (em grão) | 200 | 150 | 240 | 480 | -25,0 | 100,0 |
| Ervilha (em grão) | 70 | 0 | 126 | 0 | -100,0 | -100,0 |
| Feijão (em grão) | 7000 | 4750 | 5800 | 3300 | -32,1 | -43,1 |
| Fumo (em folha) | 4630 | 8908 | 10186 | 17816 | 92,4 | 74,9 |
| Girassol (em grão) | 0 | 140 | 0 | 252 | - | - |
| Mamona (baga) | 0 | 30 | 0 | 36 | - | - |
| Mandioca | 0 | 10 | 0 | 80 | - | - |
| Melancia | 40 | 40 | 320 | 320 | 0,0 | 0,0 |
| Melão | 30 | 30 | 108 | 120 | 0,0 | 11,1 |
| Milho (em grão) | 50000 | 28000 | 102000 | 67200 | -44,0 | -34,1 |
| Soja (em grão) | 9000 | 15000 | 13770 | 31500 | 66,7 | 128,8 |
| Sorgo (em grão) | 0 | 10 | 0 | 24 | - | - |
| Tomate | 100 | 100 | 4000 | 4000 | 0,0 | 0,0 |
| Trigo (em grão) | 0 | 1200 | 0 | 3120 | - | - |

FONTE: Elaborada pela autora, através dos dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Na tabela 6.3 têm-se os dados da área plantada e da quantidade produzida na cidade de Cerrito. Observa-se um aumento na plantação de soja de aproximadamente 345% e a área plantada da soja aumentou de 600 hectares para 2.500. Outros produtos também aumentaram suas produções como arroz em casca (141,41%), cebola (50%) e fumo em folha (89,6%).

Na tabela 6.4 verifica a área plantada e quantidade produzida em Pelotas. Os produtos que mais tiveram aumento na produção foram a soja (125%), o milho (109,5%) e o fumo em folha (177,78%). O arroz é o produto mais plantado em Pelotas produzindo um total de 72.857 toneladas em 2011, seguido pelo milho (52.800 toneladas) e pela soja (16.200 toneladas).

TABELA 6.3 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM CERRITO

| Cerrito | Área plantada (Hectares) | | Quantidade produzida (toneladas) | | Variação (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 | Área | Prod |
| Alho | 15 | 5 | 30 | 8 | -66,67 | -73,33 |
| Amendoim (em casca) | 25 | 20 | 19 | 16 | -20,00 | -15,79 |
| Arroz (em casca) | 800 | 1242 | 3760 | 9077 | 55,25 | 141,41 |
| Batata-doce | 30 | 20 | 240 | 240 | -33,33 | 0,00 |
| Batata-inglesa | 80 | 30 | 420 | 200 | -62,50 | -52,38 |
| Cebola | 20 | 30 | 160 | 240 | 50,00 | 50,00 |
| Cevada (em grão) | - | 78 | - | 281 | - | - |
| Ervilha (em grão) | 3 | - | 5 | - | - | - |
| Feijão (em grão) | 500 | 130 | 500 | 78 | -74,00 | -84,40 |
| Fumo (em folha) | 24 | 55 | 48 | 91 | 129,17 | 89,58 |
| Milho (em grão) | 4000 | 2500 | 9600 | 3750 | -37,50 | -60,94 |
| Soja (em grão) | 600 | 2500 | 1080 | 4800 | 316,67 | 344,44 |
| Sorgo (em grão) | 70 | - | 175 | - | - | - |
| Tomate | 1 | - | 100 | - | - | - |

FONTE: Elaborada pela autora, através dos dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

TABELA 6.4 ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE PRODUZIDA EM PELOTAS

| Pelotas | Área plantada (Hectares) | | Quantidade produzida (tonelada) | | Variação (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2002 | 2011 | 2002 | 2011 | Área | Prod |
| Alho | 30 | 25 | 81 | 75 | -16,67 | -7,41 |
| Amendoim (em casca) | 50 | 50 | 50 | 60 | 0,00 | 20,00 |
| Arroz (em casca) | 8700 | 9138 | 46545 | 72857 | 5,03 | 56,53 |
| Batata-doce | 865 | 600 | 6920 | 4800 | -30,64 | -30,64 |
| Batata-inglesa | 2089 | 450 | 14356 | 2950 | -78,46 | -79,45 |
| Cebola | 1200 | 250 | 8400 | 3000 | -79,17 | -64,29 |
| Ervilha (em grão) | 23 | - | 23 | - | - | - |
| Feijão (em grão) | 1500 | 500 | 1350 | 600 | -66,67 | -55,56 |
| Fumo (em folha) | 2500 | 3858 | 5000 | 13889 | 54,32 | 177,78 |
| Melancia | 98 | 150 | 1470 | 2250 | 53,06 | 53,06 |
| Melão | 17 | 30 | 136 | 240 | 76,47 | 76,47 |
| Milho (em grão) | 14000 | 11000 | 25200 | 52800 | -21,43 | 109,52 |
| Soja (em grão) | 4000 | 6000 | 7200 | 16200 | 50,00 | 125,00 |
| Sorgo (em grão) | 270 | 270 | 648 | 648 | 0,00 | 0,00 |
| Tomate | 150 | 100 | 9000 | 6000 | -33,33 | -33,33 |

FONTE: Elaborada pela autora, através dos dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Na tabela 6.5 verifica-se a quantidade produzida na horticultura nas cidades de Canguçu, Cerrito e Pelotas.

Assim, em Canguçu, de 32 produtos 25 eram produzidos em 1995 e 25 em 2006, alguns produtos deixaram de ser produzidos e outros começaram. Alguns produtos tiveram um crescimento significativo como o tomate, brócolis, abobrinha, beterraba entre outros. O tomate que em 1995 estava zerado na tabela, em 2006 foi o produto mais produzido com quase 6.000 toneladas.

Em Cerrito o Censo Agropecuário não foi feito em 1995, portanto a tabela mostra somente os dados de 2006, e o produto mais produzido foi o tomate. Já em Pelotas foram 27 produtos produzidos em 1995 e 29 em 2006, a produção também cresceu bastante como tomate, brócolis, vagem (feijão vagem), salsa, espinafre, berinjela entre outros.

O total de quantidade produzida em Canguçu aumentou de 857 toneladas em 1995 para 6.557 toneladas em 2006, em Cerrito o total em 2006 ficou em 34 toneladas e em Pelotas o total foi de 9381 toneladas em 2006, um aumento de 28% em relação a 1995. Os produtos da horticultura foram os que mais demonstraram modificações positivas referentes ao PAA, geralmente muitos produtos obtidos pelo programa são produtos da horticultura. Assim com o benefício do repasse, a comercialização já esta segura, melhorando os resultados para pequenas e grandes produções e no total do agronegócio.

O Censo agropecuário de 2006 não mostra as quantidades vendidas, entregue ou doada para o governo federal. Um dado importante para a análise deste estudo.

O PAA está em fase de expansão e cada ano novas propostas são colocadas em prática, novas regiões entram no processo e mais recurso são oferecidos pelo governo federal, assim é importante a avaliação do andamento deste programa que auxilia várias esferas econômicas.

TABELA 6.5 QUANTIDADE PRODUZIDA DE PRODUTOS DA HORTICULTURA.

| Produtos da horticultura | Canguçu | | Cerrito | | Pelotas | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade produzida (toneladas) | | Quantidade produzida (toneladas) | | Quantidade produzida (toneladas) | |
| | 1995 | 2006 | 1995 | 2006 | 1995 | 2006 |
| Abobrinha | 2 | 41 | - | 7 | 95 | 144 |
| Açafrão | 2 | - | - | - | - | - |
| Acelga | - | - | - | - | 1 | - |
| Agrião | 1 | - | - | - | 1 | 11 |
| Alcachofra | - | - | - | - | 1 | - |
| Alface | 109 | 33 | - | - | 373 | 724 |
| Alho-porró | 1 | - | - | 4 | - | - |
| Almeirão | 9 | 29 | - | - | - | 6 |
| Aspargo | 4 | - | - | - | 225 | 17 |
| Batata-doce | - | 61 | - | 9 | - | 1493 |
| Berinjela | - | - | - | - | 2 | 8 |
| Bertalha | - | 1 | - | - | - | - |
| Beterraba | 20 | 66 | - | - | 231 | 661 |
| Brócolis | 1 | 34 | - | - | 39 | 170 |
| Bucha (esponja vegetal) | 1 | 0 | - | - | - | - |
| Cebolinha | 2 | 2 | - | - | 9 | 12 |
| Cenoura | 84 | 36 | - | - | 315 | 83 |
| Cheiro Verde | - | - | - | - | 2 | - |
| Chicória | 1 | 0 | - | - | - | - |
| Chuchu | 43 | 1 | - | - | 33 | 6 |
| Couve | 56 | 15 | - | - | 321 | 325 |
| Couve-flor | 25 | 48 | - | - | 1089 | 577 |
| Ervilha (vagem) | 7 | 3 | - | 1 | 21 | 25 |
| Espinafre | 1 | 15 | - | - | 10 | 22 |
| Manjerona | 1 | 0 | - | - | - | - |
| Milho verde (espiga) | 0 | 4 | - | - | - | 564 |
| Morango | 0 | 9 | - | - | - | 491 |
| Mostarda (semente) | 7 | 8 | - | - | 104 | 59 |
| Nabo | - | - | - | - | 13 | 8 |
| Pepino | 33 | 5 | - | - | 280 | 225 |
| Pimenta | - | - | - | - | 143 | 21 |
| Pimentão | 20 | 146 | - | - | 260 | 406 |
| Quiabo | - | - | - | - | 2 | - |
| Rabanete | 3 | 2 | - | - | 5 | 8 |
| Repolho | 421 | 82 | - | 1 | 3721 | 879 |
| Rúcula | 0 | 3 | - | - | - | 5 |
| Salsa | 1 | 1 | - | - | 20 | 37 |
| Tomate (estaqueado) | 0 | 5909 | - | 12 | - | 2300 |
| Vagem (feijão vagem) | 2 | 3 | - | - | 55 | 94 |
| **Total** | **857** | **6557** | **0** | **34** | **7371** | **9381** |

FONTE: Elaborada pela autora através dos dados disponibilizados pelo SIDRA, tabelas 522 e 819. (2013)

### 6.1.2 Análise do PIB e do valor adicionado no RS e nos municípios.

Os dados apresentados nesta seção foram retirados da Fundação de Economia e Estatística – FEE que calcula o PIB pela ótica do produto, pelo valor adicionado. O objetivo de analisar estes dados está em que o Produto Interno Bruto – PIB calcula em um determinado tempo a produção final de bens e serviços, desta forma se observa o crescimento do local analisado devido ao um maior índice do PIB. Assim será analisado a seguir o PIB e o valor adicionado dos setores.

O primeiro dado analisado é o PIB do Rio Grande do Sul – RS, para verificar o crescimento em geral do estado. Assim a tabela 6.6 mostra que o Produto Interno Bruto do RS de 2002 a 2012 cresceu 28,29%. O ano de maior crescimento foi em 2010, devido em maior parte a recuperação da indústria que foi prejudicada na crise de 2008.

TABELA 6.6 PRODUTO INTERNO BRUTO DO RIO GRANDE DO SUL.

| ANO | VALOR | ÍNDICE DE VOLUME | |
|---|---|---|---|
| | (R$ milhão) | (2002=100) | Variação (%) |
| 2002 | 105.487 | 100,00 | - |
| 2003 | 124.551 | 101,65 | 1,6 |
| 2004 | 137.831 | 105,04 | 3,3 |
| 2005 | 144.218 | 102,06 | -2,8 |
| 2006 | 156.827 | 106,83 | 4,7 |
| 2007 | 176.615 | 113,81 | 6,5 |
| 2008 | 199.499 | 116,93 | 2,7 |
| 2009 | 215.864 | 116,50 | -0,4 |
| 2010 | 252.483 | 124,30 | 6,7 |
| 2011 | 280.579 | 130,68 | 5,1 |
| 2012 | 296.343 | 128,29 | -1,8 |

FONTE: FEE (2013). Nota: 2011 e 2012 são estimativas preliminares.

Na tabela 6.7, tem-se os dados do PIB pelo Valor Adicionado Bruto – VAB por setores de atividade do Rio Grande do Sul, de 2002 a 2010. Assim, no estado, o setor que mais cresceu foi o da indústria com uma variação de 149% de 2002 a 2010, seguido pelo setor de serviços com um crescimento de 139% e pelo setor de agropecuária com um aumento de 106%. Os três setores tiveram um bom desempenho nestes 8 anos. A Fundação de Economia e Estatística declarou que no

segundo trimestre de 2013 o PIB do RS foi puxado pelo crescimento da produção da agropecuária[12] que no segundo trimestre de 2013 cresceu 11,7%, devido a grande produção de soja e milho no estado, seguido pelo setor da indústria com uma variação positiva de 3,9% e pelo setor de serviços com uma expansão de 3,4%.

TABELA 6.7 VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETORES DE ATIVIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

| ANO | AGROPECUÁRIA | INDUSTRIA | SERVICOS |
|---|---|---|---|
| 2002 | 9.241.875 | 25.744.945 | 57.023.737 |
| 2003 | 13.935.620 | 30.598.979 | 64.204.793 |
| 2004 | 12.674.436 | 37.670.491 | 69.357.986 |
| 2005 | 8.764.507 | 37.469.422 | 77.508.542 |
| 2006 | 12.570.985 | 38.153.425 | 84.888.042 |
| 2007 | 15.118.200 | 40.923.746 | 97.690.850 |
| 2008 | 18.117.031 | 45.708.151 | 108.427.083 |
| 2009 | 18.622.363 | 55.173.909 | 115.106.234 |
| 2010 | 19.026.837 | 63.989.289 | 136.031.909 |

FONTE: Elaborado pela autora através de dados disponibilizados pela FEE (2013).

TABELA 6.8 PRODUTO INTERNO BRUTO DE CANGUÇU, CERRITO E PELOTAS EM R$ MIL.

| Ano | Canguçu | Cerrito | Pelotas |
|---|---|---|---|
| 2001 | 219.420 | 20.104 | 1.827.862 |
| 2002 | 249.855 | 22.678 | 2.049.503 |
| 2003 | 322.603 | 27.091 | 2.237.371 |
| 2004 | 346.178 | 30.178 | 2.507.674 |
| 2005 | 355.850 | 28.078 | 2.629.072 |
| 2006 | 401.187 | 33.668 | 2.859.906 |
| 2007 | 463.055 | 40.627 | 3.169.402 |
| 2008 | 473.541 | 44.764 | 3.500.008 |
| 2009 | 548.556 | 52.007 | 3.885.295 |
| 2010 | 597.312 | 61.568 | 4.564.464 |

FONTE: Elaborado pela autora através de dados disponibilizados pela FEE (2013).

Na tabela 6.8 tem-se o PIB de Canguçu, Cerrito e Pelotas e os três demonstram crescimento no período considerado. A cidade onde o PIB mais foi Cerrito com um aumento de 206,25% de 2001 a 2010, seguida por Canguçu com

[12] Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pib-trimestral-2013-2.php> Acessado em: 15/09/2013.

uma variação positiva de 172,22% e por Pelotas com um crescimento de 149,72%. O maior PIB é de Pelotas com um valor de R$4.564.464.000,00 em 2010, seguido por Canguçu, com um valor de R$597.312.00,00 e por Cerrito com o valor do PIB em 2010 de R$61.568.000,00.

TABELA 6.9 VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA A PREÇO BÁSICO EM R$ MIL.

| | Canguçu | Cerrito | Pelotas |
|---|---|---|---|
| 2010 | 144.829 | 20.949 | 132.822 |
| 2009 | 167.767 | 19.580 | 139.238 |
| 2008 | 133.286 | 15.152 | 113.711 |
| 2007 | 140.613 | 13.491 | 94.160 |
| 2006 | 115.392 | 9.982 | 91.513 |
| 2005 | 95.739 | 8.230 | 72.476 |
| 2004 | 117.185 | 12.251 | 103.209 |
| 2003 | 118.687 | 10.137 | 81.668 |
| 2002 | 76.846 | 7.977 | 65.156 |
| 2001 | 66.843 | 7.460 | 61.771 |

FONTE: Elaborado pela autora através de dados disponibilizados pela FEE (2013).

Já a tabela 6.9 mostra o valor adicionado Bruto da agropecuária em Canguçu, Cerrito e Pelotas. O agronegócio engloba vários setores, dentro da porteira e depois da porteira, no entanto, não há um calculo realizado pelos órgãos que calculam e estudam o PIB, do PIB do Agronegócio do Rio Grande do Sul e das cidades pertencentes. Assim será analisado o PIB da agropecuária que é o setor dentro da porteira do agronegócio. Os outros setores do PIB como serviços e indústria podem possuir dados do agronegócio, mas conglomeram muitas outras esferas.

Dessa forma a tabela 6.9 mostra a evolução do valor adicionado bruto da agropecuária de 2001 a 2010 e também mostra que nas três cidades consideradas houve crescimento neste setor, de 180,82% em Cerrito, 116,67% em Canguçu e 115,02% em Pelotas. Assim a cidade que mais teve crescimento foi Cerrito e a que mais produziu neste setor em 2010 foi Canguçu com um valor de R$144.829.000,00.

Em 2005 observa-se queda expressiva na série histórica, de acordo com a FEE[13] isso se deu em função da estiagem que ocorreu e diminui a produção colhida, seguida pela taxa de cambio que desfavoreceu o produtor com os preços baixos. Mas em 2006 já se verifica uma recuperação do setor.

Assim, esta seção demonstrou que o Estado e as cidades analisadas estão em pleno crescimento econômico e é visto que políticas agrícolas como o PAA e outros como PRONAF estão contribuído positivamente para este crescimento.

## 7 CONCLUSÃO

O Programa de aquisição de Alimentos – PAA aumentou os recursos aplicados em aquisição de produtos no Brasil de aproximadamente 619% de 2003 a 2012, liberando um total de R$2.784.037.371,00 no período analisado.

No país, a modalidade que mais cresceu e que se destaca é a de compras com doação espontânea, em 2012 esta modalidade liberou recursos no valor total de R$ 395.009.413,00 um aumento porcentual de 6.654% com relação a 2003. No país 1.180 municípios participaram do PAA em 2012, no qual representa 21% do total de cidades.

Em 2012, a região sul do Brasil recebeu 32% dos recursos e o PAA adquiriu da região neste mesmo ano 84.974 toneladas pelo MDS e 14.875 toneladas pelo MDA, sendo esta região destaque no país. A partir de 2005 a região sul vem sendo destaque no PAA e segundo o CONAB (2012, p.5) a modalidade ênfase na região é a compra direta da agricultura familiar.

Ressaltam-se em 2012 três cidades do Rio Grande do sul foram as que mais receberam recursos do PAA, sendo elas Cerrito, Canguçu e Pelotas. Canguçu recebeu pela CONAB em torno de 7 milhões de reais e aproximadamente 111 mil reais pelo CONAB/MDA, sendo 913 agricultores são fornecedores da CONAB e 15

[13] FEE. Agropecuária Gaúcha em 2005: estiagem, câmbio e crise. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1168/1508> Acessado em: 20/09/2013.

da CONAB/MDA. Pelotas tem 535 agricultores fornecedores da CONAB e 15 da CONAB/MDA e recebeu em torno de 4 milhões de reais pela CONAB e 61 mil reais da CONAB/MDA. Já Cerrito recebeu R$1.715.063,80 pela CONAB e não forneceu para a CONAB/MDA e tem 215 fornecedores da CONAB.

Com os dados do Censo Demográfico do IBGE, verificou-se que a maior população rural destas três cidades se concentra em Canguçu que em 2010 possuía uma população rural de 33.572 e uma população urbana de 19.696 pessoas.

Através de dados disponibilizados pela Produção Agrícola Municipal foram verificadas as áreas plantadas e quantidades produzidas em Cerrito, Canguçu e Pelotas. Em Canguçu de 2002 a 2012 aumentou os produtos plantados de 16 para 19, mas diminuiu a produção total de 168725 toneladas para 152942 toneladas, o destaque ficou para a produção de soja.

Em Cerrito, observa-se também um aumento na plantação de soja de aproximadamente 345% e a área plantada da soja aumentou de 600 hectares para 2500. Outros produtos também aumentaram suas produções como arroz em casca (141,41%), cebola (50%) e fumo em folha (89,6%).

Em Pelotas os produtos que mais tiveram aumento na produção foram a soja (125%), o milho (109,5%) e o fumo em folha (177,78%). O arroz é o produto mais plantado em Pelotas produzindo um total de 72857 toneladas em 2011.

Na horticultura em Canguçu, de um total de 32 produtos 25 eram produzidos em 1995 e 25 em 2006, alguns produtos deixaram de ser produzidos e outros começaram. Em Cerrito o produto mais produzido foi o tomate. Já em Pelotas foram 27 produtos produzidos em 1995 e 29 em 2006 e a produção também cresceu bastante no tomate, brócolis, vagem (feijão vagem), salsa, espinafre, berinjela, entre outros.

Quanto ao PIB e ao valor adicionado os três municípios analisados apresentam crescimento no período considerado. A cidade que mais cresceu no PIB foi Cerrito, com um aumento de 206,25% de 2001 a 2010, seguida por Canguçu com uma variação positiva de 172,22% e por Pelotas com um crescimento de 149,72%.

O valor adicionado bruto da agropecuária de 2001 a 2010 também mostra que nas três cidades consideradas houve crescimento neste setor, de 180,82% em Cerrito, 116,67% em Canguçu e 115,02% em Pelotas.

Conclui-se, portanto que o Programa de Aquisição de Alimentos é de grande relevância tanto para as cidades consideradas quanto para o Brasil. Nas cidades analisadas houve um maior crescimento econômico, as variáveis avaliadas obtiveram resultados positivos e o valor adicionado da agropecuária também mostrou dados satisfatórios. Desta forma, pode-se dizer que o PAA é uma política pública eficiente pela considerada análise e que resulta sim em efeitos positivos para o agronegócio, já que com a facilitação na comercialização dos produtos produzidos, a segurança é maior na hora de plantar.

## REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Ricardo. **De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar.** Anais do Io Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. Petrolina pp. 17-27, 1997a.

ABROMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo.** Revista São Paulo em Perspectiva, Abr/Jun, vol 11, número 2: 73- 78. 1997b.

ALVES, Ana Lúcia. Direito **humano à alimentação adequada e o parlamento brasileiro** . Monografia. 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3967/direito_humano_alves.pdf?sequence=1> Acessado em: 14/08/2013

ARAÚJO, M. **Fundamentos de Agronegócios.** São Paulo. Editora Atlas S/A. 2007.

BENTO, Cláudio Moreira. **Município de Canguçu-RS: Formação Histórica.** Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/cangucu.htm>. Acessado em: 07/08/2013. Documento sem data.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília**, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, V. 1, 2 e 3, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acessado em 23/07/2013.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm#art1>. Acessado em 25/07/2013.

BUCCI, M. et.al. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo. Saraiva, 2006.

CAMARA, Sinara; WEGNER, Rubia. “Realização Progressiva do Direito Humano à Alimentação: As iniciativas na America Latina e a Assistência da União Européia.” Orgaizadores: COSTA, M. HERMANY R. SODER R. **Direito, Cidadania & Políticas Públicas.** 1º edição. Porto Alegre. Imprensa Livre. 2011.

CARVALHO, M. **Políticas Públicas e Competitividade da Agricultura.** Revista de Economia Política. v. 21, n.1(81), janeiro-março. 2001.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **PIB Agro.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/> Acessado em 26/08/2013.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Relatório PIBAGRO-BRASIL.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_dez12.pdf> Acessado em 26/08/2013.

COELHO, C. ***70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001).*** Revista de Política Agrícola (Brazil). edição especial, (Jul-Sep 2001), v. 10(3) p. 3-58. ISSN 1413-4969

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, **Programa de Aquisição de Alimentos Resultado das ações do CONAB em 2012**. 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf> p. Acessado em: 02/08/2013.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Disponível em: < https://www.fao.org.br/> Acessado em 14/08/2013.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acessado em: 11/09/2013.

FOME ZERO. Disponível em < http://www.fomezero.gov.br/>. Acessado em 22/07/2013.

GRANDO, Marinês Z.; FERREIRA, Gisele S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul.** Textos para Discussão FEE N° 113. 2013. Disponível em < http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao> Acessado em: 03/08/2013.

GRISA, C. et al. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**, Revista Agriculturas, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 18/08/2013.

JUNIOR, R. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores da MAFRA (COOARPA).** Dissertação do Mestrado. UFRS. Porto Alegre, RS, 2009.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http:// www.mda.gov.br>. Acessado em 10/04/2013.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: < http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/eixosdeacao> Acessado em: 17/08/2013.

MDA – PAA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretária da Agricultura Familiar – Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acessado em 09/04/2013.

MDS – PAA – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Segurança Alimentar – Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acessado em 10/04/2013.

NEAD, **PIB da Agricultura Familiar**, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília, 2007.

Projeto Fome Zero. Instituto de Cidadania. 3. versão, Out. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU. Disponível em: <http://www.cangucu.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=72> Acessado em: 07/08/2013.

PREEITURA MUNICIAL DE CERRITO. Disponível em: < http://www.cerrito.rs.gov.br/novo_site/index.php?exibir=secoes&ID=52> Acessado em: 08/08/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/> Acessado em: 08/08/2013.

SAGI PAA DATA – Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acessado em 05/04/2013.

SAGI MI SOCIAL – Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI_menu/internet.php> Acessado em 22/06/2013.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo. Cengage Learning. 2010.

SILVA, Daniel Cavalcante. **Contextualização: políticas públicas no Brasil.** Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2880, 21 maio 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/19158>. Acesso em: 5 maio 2013.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; Menezes, Ester Muszkat. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3º ed. rev. atual. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. Florianópolis. 2001.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Disponível em: < http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=214&z=t&o=11> Acessado em: 04/09/2013

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul: das origens aos dias atuais.** Texto para Discussão Nº08/2007. Porto Alegre. 2007.

WAGNER, Laíne Jeske**. Um Estudo sobre o Programa Fome Zero no município de São Lourenço do Sul (RS)**, Dissertação de Mestrado: UFPEL, 2009.